

# *Diogo Álvares, o Caramuru, e a Fundação Mítica do Brasil*

---

*Janaina Amado*

Um tema recorrente da historiografia, da literatura e do imaginário brasileiros é a história de Diogo Álvares, o Caramuru, um dos primeiros habitantes brancos do Brasil, aqui chegado, provavelmente como náufrago, no início da colonização portuguesa.<sup>1</sup> É certo que Diogo, talvez um minhoto de Viana do Castelo,<sup>2</sup> residiu na Bahia durante muitos anos (entre três e seis décadas, não se sabe), parte dos quais sem contato, ou com contato esporádico, com os portugueses. É possível que nessa época se tenha relacionado com corsários franceses que então rondavam as costas brasileiras.

Diogo Álvares aprendeu línguas e costumes dos índios, parece que se envolveu em guerras tribais, segundo algumas fontes chegou a ser respeitado pelos chefes indígenas, e comprovadamente deixou descendência, seja das “muitas mulheres” indígenas que lhe atribuem certos cronistas, seja da índia Paraguaçu, filha de um grande guerreiro e chefe tupinambá da Bahia. Teve filhos, que também se casaram e lhe deram netos.

---

*Nota:* Esta é uma versão enriquecida de texto originalmente publicado em *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais – Mito e Símbolo na História de Portugal e do Brasil* (Portugal, Câmara Municipal de Cascais, 1998, p. 175-209).

Segundo a tradição, conseguiu impor-se definitivamente perante os indígenas desde que disparou para o ar uma arma de fogo, desconhecida dos índios, os quais, muito assustados, se prostraram a seus pés, chamando-o desde então, ou pouco mais tarde, “Caramuru”, nome para o qual foram atribuídos muitos significados segundo a narrativa que se consulta: filho do fogo, filho do trovão, homem do fogo, dragão do mar, dragão que o mar vomita, peixe dos rios brasileiros semelhante à moréia, grande moréia, rio grande, europeu residente no Brasil, aquele que sabe falar a língua dos índios...<sup>3</sup>

Sem concordar quanto à data, algumas fontes relatam uma viagem de Caramuru e Paraguaçu à França, em navio francês que aportara às costas brasileiras, durante o reinado de Henrique II e Catarina de Médicis: ali Paraguaçu teria sido batizada como “Catarina”, em homenagem, segundo alguns, à rainha dos franceses, segundo outros, a Catarina de Portugal.<sup>4</sup>

Quando chegaram à Bahia as primeiras autoridades civis portuguesas – como o donatário Francisco Pereira Coutinho e o primeiro governador geral, Tomé de Souza, este em 1549 –, e os primeiros jesuítas, como o padre Manuel da Nóbrega, Diogo Álvares comprovadamente os auxiliou, prestando-lhes informações preciosas sobre a terra e a gente do lugar, além de repetidos serviços como *lingoa* (intérprete) e mediador junto aos índios. Seu nome, os serviços que prestou à Coroa e à Igreja e sua descendência foram aplaudidos na correspondência civil e religiosa enviada à época da Bahia; Tomé de Souza recompensou-o com mercês e recomendações sobre sua pessoa ao rei, e o padre Manuel da Nóbrega, que com ele conviveu, o elogiou em mais de uma carta; ao morrer, Diogo deixou metade de sua terça à Companhia de Jesus. É provável que, após o início da colonização sistemática, o Caramuru tenha vivido tanto nos núcleos urbanos quanto entre os indígenas. Tudo indica que faleceu na Bahia, havendo dúvidas quanto à data: teria sido no ano de 1557.<sup>5</sup>

Poucos personagens da história do Brasil têm merecido tantas, tão antigas e duradouras referências, de tão variadas procedências. Desde o século XVI a história de Diogo Álvares, o Caramuru, vem sendo contada e recontada por cronistas e autoridades civis e religiosas; desde o XVII, também por historiadores, militares, poetas populares e curiosos; desde o XVIII, juntaram-se os poetas eruditos; no XIX, o tema conheceu rigorosa revisão histórica, além de ter ficado conhecido como “Caramuru” o Partido Restaurador, o qual, após a abdicação de dom Pedro I, defendeu o retorno deste ao trono brasileiro; desde pelo menos o início do século XX, o assunto tem servido a poetas populares, teatrólogos, autores de livros didáticos, romancistas, jornalistas...<sup>6</sup> Embora não tenha mais sido objeto de livros inteiros, o tema continua atual, pois vem sendo referido em publicações contemporâneas do Brasil e de Portugal, algumas bastante diferentes entre si.<sup>7</sup> Os autores das narrativas sobre o Caramuru foram

brasileiros e portugueses, além de franceses e ingleses, tendo sido sua produção original editada tanto no Brasil quanto em Portugal, França, Inglaterra e outros países.<sup>8</sup>

Não apenas a linguagem escrita se ocupou do personagem: a iconografia sobre o Caramuru é muito vasta e rica em detalhes desde o século XVI, constando de gravuras, desenhos, óleos, aquarelas, afrescos, esculturas etc., relacionados aos textos escritos ou – o que é muito interessante – deles independentes. São objetos favoritos dessa iconografia (um belo tema de estudo, ainda inexplorado) as cenas de Diogo Álvares disparando a arma perante os índios, de seu casamento em França com Paraguaçu, e de uma índia, Moema, atirando-se no mar atrás de seu amado Caramuru, que partia para a França. No Brasil, especificamente na Bahia, há ainda outra importante fonte de referência sobre Diogo Álvares: trata-se da tradição oral, atestada desde pelo menos a primeira metade do século passado. São poesias e prosas populares, encontradas na região do Recôncavo Baiano e em Cruz das Almas, anotadas ou referidas por estudiosos.<sup>9</sup> Não por acaso, em 1999, durante as comemorações dos 450 anos de fundação da cidade de Salvador, os órgãos públicos encarregados de festejar a data escolheram representar, com atores vestidos em trajes de época, a chegada à terra do governador Martim Afonso de Souza e comitiva, recebidos pelos índios e por ninguém menos que Diogo Álvares, o Caramuru.

Finalmente, o personagem tornou-se tão popular no Brasil no presente século que, além de constar de obras de historiadores, romancistas, poetas, jornalistas, dos livros escolares, da tradição oral etc., foi também, durante a década de 1950, tema de uma popular marchinha de carnaval, cujo refrão repetia: “Caramuru/ Uhuh/ Caramuru/ Uhuh/ Filho do fogo/ Neto do trovão...”. O Caramuru foi ainda cantado, representado e retratado em alas, destaques e carros alegóricos de escolas de samba cujos enredos versavam sobre “assuntos históricos” correlatos, tais como o Brasil nas cortes de França, o descobrimento do Brasil, o povoamento brasileiro, as três raças que formaram o Brasil... Por fim, quando brilham nos céus do Brasil estrelas coloridas, mandalas e lindas figuras, nosso personagem também é, de certa forma, lembrado, pois a mais conhecida fábrica brasileira de fogos de artifício chama-se, justamente, “Caramuru”.

Portanto, a história do Caramuru tem-se constituído, desde o século XVI, em uma das narrativas preferidas de brasileiros, portugueses e pessoas de outras nacionalidades quando querem falar a respeito do Brasil e estabelecer uma origem para esse país. É uma antiga história arraigada na cultura brasileira, importante para a formação de uma certa idéia de nação, que tem transitado com facilidade do erudito ao popular e à comunicação de massas, da academia às ruas, da prosa à poesia, do oral ao escrito e ao pictórico, da tradição à inovação, fortemente disputada pela história, pela literatura e pela tradição popular. Sur-

preender momentos dessa fascinante trajetória de construção da memória coletiva sobre o Caramuru, por meio da análise de algumas das muitas narrativas compostas sobre ele, será nosso objetivo, daqui em diante. No presente texto trabalharemos apenas com narrativas escritas, eruditas, publicadas em forma de livro ou artigo, que se mostraram importantes para a construção da memória coletiva. Na conclusão, analisaremos as relações entre história e literatura nas narrativas e a questão do Caramuru como mito.

### *O Caramuru dos primeiros cronistas e do poeta popular*

Excetuando-se os poucos documentos de época, escritos por autoridades portuguesas, civis e religiosas, que conviveram diretamente com Diogo Álvares, a primeira narrativa conhecida a tratar da história do Caramuru foi *Notícia do Brasil*, de Gabriel Soares de Souza, cujas cópias manuscritas circularam na Europa a partir de 1587.<sup>10</sup> Relato minucioso, fruto da observação direta do autor, que viveu muitos anos no Brasil, contém descrições pormenorizadas do território, recursos, fauna, flora e gente brasileira, bem como de acontecimentos do início da colonização lusa. Nessa fonte preciosa da história do Brasil que, dependendo da edição, tem cerca de 260 páginas impressas, o Caramuru é personagem secundaríssimo, referido apenas em duas passagens que, somadas, não chegam a preencher uma página.

A primeira referência surge em um enredo cujo protagonista é o donatário inaugural da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, que, após várias derrotas frente aos índios, se refugiara em Ilhéus; chamado de volta pelos indígenas, Pereira decidira retornar à povoação que fundara na Bahia, Vila Velha, levando num dos navios “Diogo Álvares, de alcunha o Caramuru, grande língua do gentio”. A armada, entretanto, naufragou, tendo todos (inclusive Coutinho) perecido, no mar ou devorados pelos índios; o único a escapar foi “Diogo Álvares, com sua boa linguagem”.<sup>11</sup> A segunda referência é um pouco mais extensa: quando Tomé de Souza chegou à Vila Velha, aí encontrou o intérprete Diogo Álvares, que, após a morte de Coutinho, se recompusera com os índios, vivendo com “cinco genros e outros homens [...], com os quais, ora com armas, ora com boas razões, se foram defendendo e sustentando até a chegada de Tomé de Souza, por cujo mandado Diogo Correia aquietou o gentio e fez dar a obediência ao governador [...] o qual gentio viveu muito quieto e recolhido [...] trabalhando na fortificação da cidade, a troco do resgate que lhe por isso davam”.<sup>12</sup> Gabriel Soares, portanto, nada revela sobre a história pregressa de Diogo, nem como chegou ao Brasil, limitando-se, em sua prosa contida, a registrar a presença do eficiente intérprete que vivia entre índios e colonizadores, o fato de ter sido salvo

da morte por conhecer a língua indígena, o apoio que deu às autoridades portuguesas na pacificação dos índios e a descendência que deixou.<sup>13</sup>

Em 1663 foi publicada em Lisboa a *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*, do padre jesuíta Simão de Vasconcellos, o primeiro livro a estender-se sobre a “breve história notável do celebrado Diogo Álvares”.<sup>14</sup> Em quatro páginas, inseridas na história do primeiro donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, o jesuíta diz em resumo o seguinte: Diogo Álvares (não grafa o sobrenome “Correia”) nasceu em Viana, de “gente nobre”; embarcou após 1530 para o Brasil ou para a Índia, sofrendo naufrágio no litoral da Bahia; feito cativo com outros que escaparam ao mar e à antropofagia, dedicou-se com constância a retirar os despojos do navio (entre os quais pólvora e arcabuzes), e os índios “contentaram-se dele e assentaram entre si que aquele ficasse com vida”; conser-tado o arcabuz, disparou um tiro para cima, matando provavelmente uma fera ou uma ave, o que ocasionou grande medo aos índios, “dizendo a vozes que era um homem de fogo que queria matá-los”; lutou do lado daqueles índios contra outros, ganhando, com seu arcabuz, fama “por todos os sertões, e foi tido por homem portentoso [...] e aqui lhe acrescentaram o nome, chamando-lhe o grande Caramuru [...]”; assentou casa em Vila Velha e “teve aqui grande família e muitas mulheres [...] houve muitos filhos e filhas, que pelo tempo foram cabeças de nobres gerações”; embarcou para a França numa nau carregada de pau-brasil, levando consigo “a mais querida das suas mulheres, dotada de formosura e Princesa daquela gente [...] não sem grande inveja das que ficaram”; o casal foi recebido pelos reis de França, a mulher foi batizada, recebendo “por nome Catarina Álvares, sendo o do Brasil Paraguaçu”, e ambos foram casados; os reis franceses não consentiram que Diogo voltasse a Portugal, mas este conseguiu enviar a dom João III notícias sobre o Brasil e sobre a necessidade de povoar este país; ele e Catarina retornaram à América com duas naus carregadas e com artilharia, após se comprometerem a encher as naus francesas de pau-brasil, o que fizeram; Diogo prosperou, tornando-se “senhor de muitos escravos”; ajudou uma nau castelhana que naufragara, recebendo mais tarde uma carta de agradecimento do imperador Carlos V; durante o episódio deste naufrágio, Catarina pediu a Diogo “que tornasse a buscar-lhe uma mulher, que viera na nau, e estava entre os índios, porque lhe aparecia em visão, e lhe dizia que a mandasse vir para junto a si, e lhe fizesse uma casa”; após muitas tentativas, encontrou-se “uma imagem de Nossa Senhora que um índio recolhera na praia e tinha lançado ao canto de uma casa”; Catarina identificou esta imagem com a da visão; a imagem recebeu uma casa e foi “honrada com o título de Nossa Senhora da Graça, enriquecida de muitas relíquias e indulgências, que então mandou o Sumo Pontífice”, passando à guarda dos beneditinos; os filhos e filhas “destes dois devotos da Senhora” foram batizados por religiosos, casando-se várias filhas com

fidalgos (constam seus nomes) e “deste tronco procederam muitas das melhores e mais nobres famílias da Bahia”; “donde dizemos que Francisco Pereira Coutinho [donatário da Bahia] foi o primeiro povoador por data d’El-Rei, e direito Real; porém Diogo Álvares foi o primeiro por data dos senhores da terra naturais, o direito das gentes”.<sup>15</sup>

Todos os principais elementos, portanto, que mais tarde caracterizariam as diversas versões da história do Caramuru estão já contidos nessa narrativa de Simão de Vasconcellos: a viagem a partir de Viana, o naufrágio, o tiro para o ar, o respeito dos índios, o nome Caramuru, o amor de Paraguaçu, a ida à França, a inveja das mulheres que ficaram no Brasil, o batismo e o casamento, o retorno ao Brasil, o naufrágio do navio espanhol, a visão de Paraguaçu, a descendência de Caramuru, o apoio deste às autoridades portuguesas no trato com os índios...<sup>16</sup>

Pode-se dizer que a narrativa do Padre Vasconcellos constitui o “núcleo duro”, a matriz, o centro do enredo do Caramuru.<sup>17</sup> Daí em diante muito pouco se criou a respeito do assunto, quase tudo se transformou. Nenhum elemento ou evento realmente novo foi acrescentado ao tema, ocorrendo apenas transformações. Essas transformações – verdadeiras alquimias – foram geradas por diversos, e muitas vezes simultâneos, mecanismos sociais ou especificamente narrativos, tais como: rearranjos de partes da história, ressignificações de seus elementos, atualizações de estilo, ênfases em diferentes passagens, diversidade de audiências a serem alcançadas, diferenças de pontos de vista sobre o tema, múltiplos usos sociais para a história, variedade de meios por que foi divulgada etc.

É interessante notar que, no mesmo século XVII que fixou o duradouro núcleo duro da história do Caramuru, surgiu também, pela primeira vez, uma versão dissidente, satírica, da história. Seu autor foi ninguém menos que o poeta Gregório de Matos, o “Boca do Inferno”, que, com o talento e a ironia habituais, utilizou-se do Caramuru para explorar um dos seus temas favoritos: a sátira às pretensões de fidalguia da elite baiana, uma elite mestiça que gostava de autoproclamar-se branca.

Em seu poema, Gregório de Matos registra a acepção que a palavra “caramuru” assumira já no século XVII: a de sinônimo de “europeu residente no Brasil”.<sup>18</sup> Esta acepção revelou-se tão disseminada e duradoura que, duzentos anos depois, no século XIX, foi atribuída ao Partido Restaurador, o qual, após a abdicação de dom Pedro I, defendia o retorno deste ao trono brasileiro. O Partido Restaurador tinha entre seus membros muitos europeus residentes no Brasil, ou seja, muitos caramurus, e por isso foi apelidado, pelo povo e pela imprensa, de “Caramuru”.

Gregório de Matos ridiculariza impiedosamente a pretensão dos “principais” da terra à brancura de pele (com todas as conseqüências sociais favoráveis

que disso lhes adviria), demonstrando que os pretensos “caramurus” descendiam tanto de negros – com seus vinhos de caju, seus pilões, suas muquecas e carurus – quanto de índios. Em vez de ser, portanto, “caramurus”, os principais do Brasil eram em verdade “paiaaiás”, isto é, pajés, ainda por cima misturados com sangue negro. Além disso, o tão falado Caramuru, o personagem histórico resgatado pela elite para confirmar sua pretensão à brancura de pele, para Gregório de Matos não teria passado de um “marau”, isto é, de um bajulador esperto. Diz o poema, significativamente intitulado “Aos principais da Bahia chamados de Caramurus”: “Há cousa como ver um Paiaiaí/ Mui prezado de ser Caramuru,/ Descendente de sangue de Tatu,/ Cujo torpe idioma é cobé pá./ A linha feminina é carimá/ Moqueca, pititinga e caruru/ Mingau de puba, e vinho de caju/ Pisando num pilão de Piraguá./ A masculina é um Aricobé/ Cuja filha Cobé um branco Pai/ Dormiu no promontório de Passé./ O Branco era um marau, que veio aqui,/ Ela era uma Índia de Maré/ Cobé pá, Cobé Paí.”<sup>19</sup>

Pela pena de Gregório de Matos o Caramuru entrou pela primeira vez para a literatura, que, conforme se verá, será terreno fértil para a fixação, ampliação e divulgação da história. Contudo, a original vertente inaugurada por Gregório de Matos – a da sátira impiedosa, que lembra o tom de alguns modernistas, especialmente o de *Macunaíma* –, não predominará na construção da história do Caramuru. Ao contrário, nesse caso, assim como aconteceu com outras partes de sua obra, Gregório de Matos permaneceria voz isolada, solitário grito da consciência social do poeta.

### *Caramuru como objeto da história*

Nova narrativa acerca do Caramuru, publicada em 1730, foi inserida em um livro de grande prestígio no século XVIII e início do XIX: *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pitta.<sup>20</sup> Escrita em estilo barroco, a obra descreve com pormenores os “mais expressivos feitos” da colonização portuguesa, a geografia e os recursos do país; seguindo o costume em alguns livros do gênero, não apresenta fontes, bibliografia ou notas de rodapé nem se preocupa em comprovar a veracidade do que afirma. A obra de Rocha Pitta tornou-se paradigma do conhecimento da história do Brasil e modelo de narrativa histórica no país, mantendo vivo o Caramuru ao atualizar estilo e enredo segundo o gosto e as preocupações do público erudito de então.

Rocha Pitta antecipa a história do Caramuru em cerca de quinze anos, desvinculando-a da saga do primeiro donatário da Bahia e relacionando-a à expedição exploradora de Cristóvão Jacques.<sup>21</sup> A grande novidade dessa narrativa é o protagonista, não mais Caramuru, mas Paraguaçu. Essa “notável matrona”, “filha do principal da província da Bahia”, tem desde logo esclarecido

seu importante papel para a história: “foi instrumento de que mais facilmente se dominasse a Bahia”; “e seria desatenção”, explica o autor, “excluir deste teatro tão essencial figura”.<sup>22</sup> Paraguaçu vivia entre os seus até chegar de Viana o nobre náufrago Diogo Álvares, cujas primeiras aventuras são as mesmas narradas pelo Padre Simão de Vasconcellos. Dada por seu pai, como esposa, a “Caramuru-assu [...] o mesmo que Dragão que sai do mar” – enquanto outras índias foram dadas a ele como concubinas –, Paraguaçu “nesta bárbara união viveu algum tempo”, até receber em França, “em soleníssimo ato, com assistência de muitos príncipes”, o batismo, e ser, depois, casada. De volta ao Brasil “Catarina Álvares [...] como senhora destes gentios fez que com menor repugnância se sujeitassem ao jugo português”. Durante o naufrágio do navio espanhol, ela teve a visão conhecida, com as conseqüências já sabidas. Catarina e Diogo deixaram descendentes que “fizeram nobilíssimas famílias”. Rocha Pitta a seguir passa a narrar “a vinda do glorioso Apóstolo S. Thomé anunciando a doutrina católica, não só no Brasil, mas em toda a América”.<sup>23</sup>

Rocha Pitta repetiu, com nova roupagem, todos os eventos do enredo tecido pelo padre Simão de Vasconcellos, cuja obra, à época, já se tornara rara.<sup>24</sup> Ao fazê-lo, contribuiu para a divulgação deste enredo, num momento em que ele, concorrendo já com muitas outras poderosas memórias, talvez corresse o risco de diluir-se no esquecimento.

O prestígio da obra de Rocha Pitta e a deferência com que foi tratada pelos eruditos conferiram à história de Paraguaçu e Caramuru a autoridade do historiador, legitimando-a frente às audiências. A par disso, ao promover a rotação de protagonistas, trazendo Paraguaçu-Catarina para o centro do seu teatro, Rocha Pitta inaugurou uma nova maneira de celebrar a colonização portuguesa e os laços de continuidade Portugal-Brasil: valorizar o papel que nela tiveram os brasileiros, começando por aqueles que, como Paraguaçu, eram autóctones.<sup>25</sup>

Três décadas depois (1761) foi editado o *Orbe serafico novo brasilico*, de frei Antônio de Santa Maria Jaboatão.<sup>26</sup> O autor esclareceu ser seu objetivo escrever a história dos franciscanos no Brasil, tarefa já encomendada, sem sucesso, a dois outros padres. Ao contrário de Rocha Pitta, Jaboatão revela suas fontes: as anotações deixadas pelos dois antecessores e “papéis espalhados pelos arquivos dos conventos de toda a Província e seus Cartórios”, aos quais teve acesso na qualidade de “companheiro e Secretário do P. Provincial”. Curiosamente, afirma que tais fontes, por conterem “tão pouco que registrar [...] mais nos serviam de embaraço ao discurso do que de norte e luz para a história”, acrescentando “outro inconveniente grave” à história que escrevia, na qual pretendia “compreender não só o passado, mas também o presente, o moderno e o antigo”: “no antigo, por falta de notícias, é perigoso o exame, e no moderno, pelos respeitos, mui

arriscada a expressão”. Explica ainda que não cita bibliografia (“citação de autores”) ao tratar da história dos franciscanos no Brasil porque é o primeiro a escrevê-la, mas o faz, ao abordar a história das capitanias; quando discorda dos autores ou “da tradição”, sempre aponta “os princípios e os motivos para o fazermos assim”.<sup>27</sup>

Frei Jaboatão afirma ser a história do Caramuru já conhecida “pelo vulgo” e por “todos os escritores destas conquistas”. Mas ele também dela se ocupará, por ter sido Diogo Álvares Correia o “primeiro povoador” da terra (ali chegado, portanto, antes do primeiro donatário da Bahia) e porque descobriu a respeito “um antigo Manuscrito [...] no Arquivo do Convento da mesma Bahia, e que [...] mostra ser escrita por pessoa que existia, senão no mesmo, muito propínqua àquele tempo”.<sup>28</sup>

No *Orbe serafico*, o episódio do Caramuru é antecipado (como já o fizera Rocha Pitta) para cerca de 1516, embora não apareça relacionado à expedição de Cristóvão Jacques, pois o nobre de Viana se dirigia para a Índia quando naufragou junto ao Rio Vermelho, na Bahia. Os fatos, contados com pormenores por Jaboatão, são mais ou menos os mesmos das narrativas anteriores, com duas exceções. A primeira refere-se à alcunha de Diogo, para a qual é oferecida uma explicação bastante sofisticada: “...lhe foi posto o nome de *Caramuru-Gaçu* [...] por ser achado entre as concavidades daquelas pederneiras do seu naufrágio [...] como uma grande *Moréia*, e à imitação de muitas que nela habitavam; [...] o segundo lhe foi apropriado pelo gentio, quando ele, como um cruel dragão que saiu do mar, atirou a muitos; e assim, significando o nome *Caramuru-Guaçu* um só indivíduo, [...] ficou Diogo Álvares com este grande nome, um só *Caramuru-Guaçu* com dois significados; com o primeiro, de *Moréia grande*, pela naturalidade daquele caso; com o segundo, de *Dragão do mar*, por apropriação do seu valor”.<sup>29</sup>

A segunda novidade da narrativa de Jaboatão diz respeito à data da viagem de Diogo à França que, segundo o autor, não poderia ter ocorrido no reinado de Henrique II e Catarina de Médicis, pois este se iniciara em 1547, época em que tanto Martim Afonso de Souza quanto Francisco Pereira já haviam estado no Brasil e encontrado Diogo retornado da França; a proposta de Jaboatão – baseada em minucioso confronto de datas – é a viagem ter-se realizado em 1524, durante o reinado de Francisco I, havendo Paraguaçu recebido o nome de Catarina em homenagem não à rainha de França, mas à esposa de dom João III de Portugal.

A concepção de história de frei Jaboatão, muito diversa da de Rocha Pitta, mostra-se curiosamente próxima daquela que predominará no Brasil na segunda metade do século XIX, de certa forma a anunciando. Frei Jaboatão antecipou, portanto, em um livro surpreendente, um modo de perceber e narrar

o Caramuru que só se cristalizaria no país duzentos anos após a publicação de sua obra.

### *Caramuru como epopéia*

Caramuru e sua história ganharam novo estatuto e popularidade no final do século XVIII, quando o frade agostiniano José de Santa Rita Durão, brasileiro educado e residente em Portugal, publicou sobre o tema um longo poema épico.<sup>30</sup> Editado em Lisboa em 1781, *Caramuru* mereceu por parte da crítica, à época de seu lançamento, acolhida respeitosa mas morna. Com o tempo, ganhou público e admiradores, embora boa parte dos críticos posteriores tenha reconhecido no autor um versejador apenas correto, desprovido de maiores recursos literários; foi destacado sobretudo seu pioneirismo em descrever uma ação passada no Brasil, inspirada na história brasileira, em grande parte protagonizada por indígenas, transformando-a em epopéia: “É o poema mais brasileiro que possuimos [...] o mais brasileiro de todos os nossos livros”, escreveram a respeito, no final do XIX, Sílvio Romero e João Ribeiro; “O *Caramuru* resiste ao tempo pela sua importância histórica”, completou mais tarde o crítico Afrânio Coutinho.<sup>31</sup> *Caramuru* acabou conhecendo várias edições e adaptações.

Santa Rita Durão esclareceu a razão da escrita do livro; após afirmar, numa clara alusão a *Os Lusíadas*, serem os “sucessos do Brasil” tão merecedores de um poema quanto “os da Índia”, completou: “incitou-me a escrever este [poema] o amor à Pátria”. As fontes em que se baseou para construir a epopéia foram as narrativas históricas: “Leia-se [Simão de] Vasconcellos na História do Brasil, Francisco de Britto Freire e Sebastião da Rocha Pitta”.<sup>32</sup>

O poema é inteiramente construído em torno da epopéia do Caramuru, o “dragão dos mares” (Diogo também seria chamado de “filho do trovão” pelos índios).<sup>33</sup> Dividido em dez cantos, cada qual com cerca de oitenta estrofes, segue a estrutura de enredo cristalizada por Simão de Vasconcellos e retomada por Rocha Pitta, respeitando-lhe a ordem, desde a partida de Viana do Castelo até a descendência de Caramuru. O episódio do disparo da arma de fogo é muito valorizado: Diogo veste-se com colete e elmo de ferro, tendo à mão uma espada (recolhida na nau), quando dispara pela primeira vez, sendo o episódio várias vezes repetido ao longo do poema, perante diferentes índios.<sup>34</sup> Caramuru faz uma excelente amizade interétnica com o “bom e justo” índio Gupeva, e o ajuda a combater o temível cacique<sup>35</sup> Jararaca. Boa parte do poema é dedicada às guerras entre as tribos, das quais Caramuru participa. Santa Rita Durão mostra-se ardoroso defensor da monogamia: desde o início Caramuru possui apenas uma esposa, Paraguaçu. As outras são apenas apaixonadas por ele, havendo entre elas “a infeliz Moema”, afogada ao atirar-se junto com as outras ao mar, atrás de Diogo,

que parte para a França com Paraguaçu.<sup>36</sup> A visão que Paraguaçu tem de Nossa Senhora é antecedida de um sonho, no qual ela vê, e depois descreve para os outros, vários momentos da história futura do Brasil. Muitos outros acontecimentos históricos ocupam o poema.

Mas, sendo uma ficção, a narrativa de Santa Rita Durão cria sobretudo personagens. É a primeira vez, desde que a narrativa começou a ser contada, que Caramuru e Paraguaçu deixam de ser referências ou descrições para tornarem-se seres humanos, com direito a características físicas próprias, sentimentos, vida interior etc. Diogo Álvares reúne infinitas qualidades, muitas identificadas à época, no plano ideal, com as de um nobre – é aristocrata, justo, piedoso, corajoso, patriota, belo (objeto do amor de quase todas as “donzelas brasileiras”) e civilizado, além de tolerante, paciente e amoroso, estes últimos atributos essenciais para relacionar-se adequadamente com o mundo diferente e cobiçado por outras potências onde naufragara. A mudança de nomes do personagem simboliza sua constante transição entre as identidades (a antiga, preexistente à experiência, e a nova, que se afirma à medida que a experiência prossegue, até configurar uma verdadeira transmutação cultural): referido no início do poema apenas pelo nome cristão, o personagem passa a ser, após o episódio do disparo da arma de fogo, nomeado também como “Caramuru” – aquele que “indicava o Brasil no sobrenome” (Canto II.XLVI) –, epíteto que vai se tornando mais freqüente à medida que o protagonista se envolve com os índios; volta a ser Diogo no episódio da viagem à França, para, ao escolher retornar ao Brasil, virar definitivamente “Caramuru”. Apenas na última linha do poema torna a ter declinado o nome cristão, bem como o local de nascimento, para marcar a continuidade entre a aventura brasileira e a origem portuguesa: “Manda honrar na colônia lusitana/ Diogo Álvares Correia, de Viana”.

No poema, ser Caramuru, para Diogo, significava ser índio? Não. Significava possuir um conjunto de atributos conferidos pelos índios, ser um ente que, embora profundamente transformado pela experiência com os indígenas, possuía características distintas destes, algumas reconhecidas como francamente superiores, como o poder de fogo. Caramuru é, assim, o herói capaz de levar até a América o povoamento branco, a civilização, a religião, o idioma e a cultura, por via do amor, da tolerância, do respeito e do conhecimento, qualidades reforçadas ou adquiridas pelo contato com a outra civilização, e, quando necessário, também por via da guerra. O contato com a alteridade, sofrido e traumático em muitos momentos, transforma profundamente Diogo: o naufrago quase devorado pelos índios precisou sofrer, amar uma nativa, aprender com dificuldade uma língua estrangeira, adaptar-se a costumes estranhos, viver longas décadas longe da pátria, sair do e retornar ao Brasil para transformar-se no Caramuru, o herói híbrido, culturalmente mestiço e fundador de uma descendência biologicamente

mestiça, redimido e engrandecido pela experiência com o outro.<sup>37</sup> Ser Caramuru é não apenas sobreviver ao perigo da antropofagia – assunto recorrente no poema –, mas também mostrar-se capaz de conduzir os índios ao abandono de tal “prática hedionda” (curiosamente identificada, por Santa Rita Durão, com a gula). Ser Caramuru, para Diogo, é saber administrar as duas identidades em benefício (conclui o autor) das culturas que representam, unindo-as: é completar e reafirmar a colonização portuguesa (numa época, o final do século XVIII, em que eclodiam no Brasil os movimentos pró-independência) e, ao mesmo tempo, saber, sem violência (“à sombra das leis”), conhecer os índios e ensiná-los a alcançar a cultura e a salvação das próprias almas.<sup>38</sup>

Paraguaçu, filha de um cacique, desde o início é retratada com atributos ideais de uma européia: essa “dama gentil brasileira”, “de cor tão alva como a branca neve/ e onde não é neve, era de rosa”, de “nariz natural, boca mui breve”, encobre a nudez “com manto espesso” e sabe falar “boa parte da língua lusitana” (aprendida com um “português escravo” que antes por ali aparecera), é donzela boa, recatada, delicada, submissa e fiel a seu amor, qualidades às quais ainda se somam, talvez herdadas de seu povo, a coragem e a altivez, demonstradas em episódios como a guerra contra Jararaca, onde “Mil amazonas [...]/ Paraguaçu gentil todas comanda”.<sup>39</sup> Desde o início, por conhecer o idioma português, é a intérprete de Diogo junto aos índios, ao mesmo tempo que lhe transmite os costumes e idéias destes. Ela também sofre mudança de nomes ao longo do poema: enquanto representa uma ponte entre os dois mundos, é Paraguaçu. A convivência com o europeu, entretanto, a faz compreender e aceitar seus costumes, inclusive o catolicismo, processo completado em França – no espaço europeu –, onde convive com a corte e é batizada: a partir de então é chamada também pelo nome cristão, dado em homenagem à rainha de França. Ao voltar ao Brasil, quando, em plena passagem pelo equador, tem a visão de Nossa Senhora – atestando, portanto, ser não apenas uma católica, mas uma depositária da graça divina –, é nomeada apenas “Catarina” ou “Catarina Álvares”.<sup>40</sup> É como Catarina que, já de volta ao Brasil, oferece a Diogo o império indígena que herdara dos avós.<sup>41</sup> Simboliza, como personagem, a possibilidade de “redenção” integral do indígena brasileiro ao projeto civilizador e catequético português.

No poema, os indígenas são divididos em “bons e justos” (como o cacique Gupeva, o grande amigo de Caramuru, e Sergipe, que aparece no início do poema, um cacique mais “brando”) e “maus e cruéis” (como Jararaca, o grande opositor, ainda por cima enamorado de Paraguaçu, ou Taparica). Os primeiros podem ser também inocentes, corajosos e capazes de raciocínios surpreendentes – como a “singular filosofia” demonstrada por Gupeva (“tão alto pensar numa alma rude”, espanta-se Diogo)<sup>42</sup> –, enquanto os segundos em geral são também antropófagos renitentes. Todos os índios têm como traços comuns o gosto pela guerra (o que

os torna extremamente perigosos) e, com a notável exceção de Paraguaçu, também o desconhecimento da língua portuguesa e da religião cristã, uma profunda ignorância e uma falta tão completa de civilidade e sofisticação que se assemelham muitas vezes a animais: “gentio ferocíssimo”, “nação feríssima”, “feras”, “gente crua”, “infausta gente”, “ignorância rude” e “gula infame” (= antropofagia) são expressões com frequência a eles relacionadas.<sup>43</sup> Serem assim os indígenas é o que permite a Caramuru e, por extensão, a todo o povo português, exercer a missão evangelizadora e civilizadora a ele(s) reservada pela história.

*Caramuru* estabelece uma linha de continuidade entre o período em que Diogo Álvares viveu no Brasil e a história desse país, tanto nos anos anteriores à chegada do herói quanto nos posteriores. Esta linha é construída em três momentos: durante a viagem à França, quando Diogo conta a Du Plessis, comandante do navio, a história da formação do império português, do Tratado de Tordesilhas, do descobrimento de Cabral e das primeiras expedições exploradoras – isto é, do período anterior à sua chegada ao país –, além de descrever-lhe, à moda dos cronistas e de Rocha Pitta, as principais características das capitânicas. O segundo momento, que corresponde ao tempo presente do poema, é uma narrativa de Diogo ao rei Henrique II de França, em que descreve, com pormenores, o relevo, a hidrografia, a fauna, a flora, os produtos naturais, as riquezas etc. do Brasil. Finalmente, o terceiro momento é preenchido pelo sonho de Paraguaçu, quando “vê” o futuro do Brasil e o relata aos outros: lá aparecem as guerras contra os holandeses – com detalhes de batalhas e, numa evidente tentativa de valorizá-los, os nomes dos heróis brasileiros que lutaram contra o “batavo inglório”, inclusive o do negro Henrique Dias –, as “áureas cidades” brasileiras, os “vice-reis e ilustres gentes”, enfim um futuro, antevisto por uma brasileira, de “Tantos sucessos, tantas variedades/ Que somente pintado, como em sonho/ Confunde o pensamento, a vista assombra”.<sup>44</sup>

*Caramuru* foi assumidamente uma obra de ficção, e nisso residiu a maior novidade da sua narrativa, já que o poema pioneiro e satírico de Gregório de Matos estava então esquecido. Entretanto, *Caramuru* estabeleceu transições tão sutis e naturais entre ficção e história que o leitor não sabe direito onde termina uma e começa a outra. Como seu subtítulo informa, trata-se de um poema épico sobre “o descobrimento da Bahia”; para escrever o poema, o autor baseou-se em textos de historiadores; nos versos, Moema, Gupeva, Taparica e outros personagens convivem tranqüilamente com Francisco Pereira Coutinho, Martim Afonso de Souza, dom João III, Catarina de Médicis e outros; episódios criados pelo frei mesclam-se a todo momento com acontecimentos históricos, os quais, entretanto, não respeitam cronologias, transitando do futuro ao passado e ao presente... Ao se assumir como ficção mas de fato embaralhar, definitivamente, ficção e história, *Caramuru* põe a nu, ao mesmo tempo que reforça, aquela que

talvez seja a mais marcante característica do conjunto de narrativas até então escritas sobre o tema: a permanente transição da ficção à história, e vice-versa.

O poema de Santa Rita Durão apresentava grande poder de sedução, em parte por apoiar-se em ações vivas, coloridas, de grande apelo dramático, em parte por repetir episódios conhecidos (como os do naufrágio, da arma de fogo, da visão de Paraguaçu etc.), muitas e muitas vezes já contados e fixados no imaginário luso-brasileiro, os quais, à força da repetição, ganhavam uma magia semelhante à dos contos de fada. Cento e vinte e oito anos após a *Crônica...* do jesuíta Simão de Vasconcellos, o agostiniano Santa Rita Durão, utilizando-se dos mesmos elementos, estabeleceu, com base na ficção, um novo e poderoso padrão narrativo para a história do Caramuru, o qual, apesar das fortes críticas que recebeu depois e das tentativas de implantação de outros modelos, continua até hoje poderoso.

### *Caramuru de novo objeto da história*

As grandes transformações no modo de construir a história operadas ao longo do século XIX, iniciadas na Europa com repercussões por todo o mundo ocidental – tais como a concepção da história como uma ciência, a busca da “imparcialidade” do historiador, o apoio nos documentos como caminho para a descoberta “da verdade”, os cânones estritos de narração a fim de “depurar” a narrativa histórica de adjetivos e suposições, o emprego de métodos racionalistas etc. –, acabaram por se fazer presentes também nas narrativas históricas escritas a respeito do Caramuru.

O texto sobre nosso tema mais representativo dessas novas tendências historiográficas foi a densa monografia *O Caramuru perante a História*, do historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro.<sup>45</sup> Trabalho vencedor de um concurso promovido pelo recém-criado e já muito prestigiado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,<sup>46</sup> a monografia estabeleceu intenso diálogo sobre o Caramuru com antecessores e contemporâneos, reivindicando, com muita firmeza, o assunto para a área da história, nos moldes então apregoados. Para isso realmente ocorrer, segundo Varnhagen, seria preciso proceder a uma busca de novos documentos sobre o Caramuru e a uma rigorosa crítica, tanto das fontes primárias quanto das obras editadas sobre o tema, inclusive as de autoria de historiadores. Foi isso o que Varnhagen se propôs fazer.

O texto começa com uma longa preleção sobre os “contos maravilhosos” de que “quase todas as nações oferecem exemplos”.<sup>47</sup> Classificando tais contos como próprios dos “primeiros tempos da história” de uma civilização, quando “os povos [...] não tinham de si muito a dizer”, afirma que há nesse tipo de narrativa “quase sempre um fundo verdadeiro”. À medida, porém, que tais contos eram divulgados às novas gerações, seu “fundo verdadeiro” desfigurava-se no

“caos” e na “Babel de línguas díspares”, por efeito principalmente da poesia e da imaginação,<sup>48</sup> ambas ao gosto sobretudo das mulheres, o “sexo que recolhe mais íntimas essas sensações e que depois no-las transmite com o leite”. Devido exatamente a seu aspecto cada vez mais fantasioso, as histórias deteriam o enorme poder de emocionar (“tocar os corações”) e “ferir a imaginação”.

Ora, como os historiadores, segundo Varnhagen, só apareceriam muito mais tarde (“quando o povo se tem constituído e adiantado em civilização”), encontrariam já essas primeiras histórias compostas “num arquivo muito mais popular, e não menos duradouro que os documentos escritos em pergaminho”. Ao conjunto dessas histórias e crenças, o visconde de Porto Seguro deu o nome de “tradição”. Esta permaneceria mesmo após o surgimento da história, devido a duas ordens de razões: seus defensores são como “sectários” de uma “religião”, que não aceitam idéias contrárias às suas; suas histórias possuem um poder de sedução (semelhante ao da mitologia, compara Varnhagen) tão grande que mesmo quando “aprendemos nas escolas” a distinguir a “parte histórica” da “parte imaginativa”, “quando lemos um poeta clássico acreditamos com igual fé assim as entidades que tiveram uma existência histórica, como as propriamente fabulosas”. E qual a fonte do poder da tradição? “É a magia do poeta” – responde Varnhagen –, “que melhor sabe tocar-nos, vibrando-nos as cordas do sentimento.”

O autor conclui assim a primeira parte da monografia: “É esta convicção em que estamos de que nenhum mal pode já a crítica desapaixionada produzir para arrefecer o entusiasmo pela nossa epopéia brasileira” – refere-se ao poema de Santa Rita Durão, sobre o qual já publicara inclusive elogioso ensaio<sup>49</sup> – “e o muito desejo de tratar um assunto em que o Instituto mostrou empenho [...] que nos dá força para entrar nele; o que faremos expondo primeiro o que de documentos autênticos constar, deixando à natural e singela expressão deles e à luz da crítica guiar o resto. [...] Desembaracemo-nos pois de quaisquer prejuízos que nos tenham deixado as leituras de nossos historiadores a tal respeito [...] e ponhamos também de parte, ainda com mais razão, as imagens e invenções do poema, e vamos desprevenidos perscrutar documentos.”

Em sua longa e sofisticada introdução, Varnhagen estabelece premissas fundamentais para o futuro desenvolvimento do trabalho. Apoiando-se em um modelo de análise já claramente influenciado pelo positivismo,<sup>50</sup> classifica a história em etapas sucessivas, cumulativas (no início os povos não “tinham muito a dizer de si”) e evolutivas (progride-se da barbárie à civilização, da mitologia à ciência, da tradição à história etc.), situando o trabalho do historiador numa etapa já “adiantada em civilização”. A construção dessa hierarquia é que permite a Varnhagen estabelecer um original paralelismo entre etapas históricas e modelos narrativos. Circunscrevendo os “contos maravilhosos” a uma primeira e remota

etapa da evolução dos povos – no caso do Brasil, portanto, a um período já encerrado –, os contrapõe às narrativas históricas, próprias das “civilizações adiantadas”, tais como, é evidente, aquela em que o autor vive e escreve. Aos atributos dos “contos maravilhosos” – fantasia, imaginação, poesia, sintomaticamente identificadas com a figura feminina, que os transmitiria aos homens “pelo leite” –, contrapõem-se, portanto, os atributos referidos das narrativas históricas e do trabalho do historiador, como o uso de documentos “autênticos”, a prática da “crítica rigorosa”, a citação das fontes e da bibliografia utilizada e o emprego de métodos racionais e profissionais de pesquisa. Esse conjunto de atributos, quando bem utilizado, é que permitiria à história restabelecer “a verdade dos fatos”, ampliando o “fundo verdadeiro” primordialmente existente nos contos, porém deformado pela ação da tradição.

Até aqui, portanto, Varnhagen estabeleceu, via hierarquia e delegação de atributos, uma nítida fronteira entre mito e ciência e entre história e tradição, deixando claro de que lado está e o que fará. Mais: esclareceu também os limites entre a “boa” história e a “má” história, a primeira assentada na “busca da verdade”, com o aparato metodológico e técnico que a acompanhava. Um problema, entretanto, o raciocínio de Varnhagen não conseguia contornar: o enorme poder da fabulação, da tradição e do mito, que reconhecia muito superior ao da ciência e ao da história, a ponto de seduzir até homens como ele próprio. A solução encontrada por Varnhagen para o problema foi identificar naturezas completamente distintas para as duas ordens de fatores (uma natureza para tradição, mito etc. e outra para ciência, história etc.). Sendo tão diversas, originando-se uma da fantasia e da fabulação e a outra do rigor e da razão, ambas nunca se encontrariam, não havendo comparação possível entre elas. Em decorrência, um trabalho de história como o que ele, Varnhagen, empreendia, não poderia ter qualquer interferência, nem causar qualquer dano, a uma obra de ficção sobre o mesmo tema – como o poema de Santa Rita Durão, de que ele, Varnhagen, tanto gostava –, e vice-versa. Um buscava a verdade, por meio da razão e da comprovação; o outro, o mito, por meio da imaginação e da fantasia. Separados (como impunha sua natureza), ambos eram legítimos; juntos, eram condenáveis.

Varnhagen a seguir apresenta os frutos de sua pesquisa: os numerosos documentos históricos que recolheu sobre o Caramuru, muitos deles inéditos.<sup>51</sup> Um minucioso exame comparativo desses documentos (de cujos pormenores pouparemos o leitor), especialmente das datas em que foram compostos ou das datas a que se referem, e um exercício de raciocínio dedutivo permitiram a Varnhagen chegar às seguintes conclusões principais acerca do tema:

- a) existiu um Diogo Álvares (recusa-lhe o sobrenome “Correia”, atribuindo-o – injustamente, aliás – a uma criação de Rocha

Pitta), português provavelmente sem tradição de nobreza, natural não se sabe com certeza de onde, que naufragou na Bahia por volta ou antes de 1510 e deixou descendentes;<sup>52</sup>

b) com certeza este Diogo viveu na Bahia entre 1510 e 1535, lá estando também em 1538 (data da chegada do donatário da Bahia), em 1546 (quando foi mensageiro de Pero de Campos) e em 1549 (quando ajudou Martim Afonso de Souza) e, a partir desse ano até o da sua morte – que Varnhagen, citando Aires de Casal, data provavelmente de 1557 –, também morou na Bahia. Por dedução, Caramuru só poderia ter ido à França entre 1535 e 1538 – pois nos intervalos dos outros anos estava ajudando as autoridades, e “repugna à razão que [nesses intervalos] desamparasse os seus patrícios”. Mesmo essa viagem, porém, foi pouco provável, pela “falta total de alguma notícia ou informação”, no Brasil e na França, sobre o fato; assim, é muito mais provável “que a tal viagem à França nunca tenha existido”;<sup>53</sup>

c) vários pequenos fatos e circunstâncias foram esclarecidos, tais como: o nome “Caramuru” significa um peixe brasileiro, semelhante à moréia, conforme explicara desde o século XVII Claude d’Abbeville; dificilmente a índia verdadeira se chamava “Paraguaçu”, palavra que em tupi quer dizer “rio grande”, e que não costumava ser nome de mulher entre os tupinambás; a carta de Carlos V a Diogo provavelmente não existiu, pois “repugna à razão” que um imperador perdesse seu tempo escrevendo a um reles náufrago.

Varnhagen elogia largamente a *Notícia do Brasil*, de Gabriel Soares de Souza – este autor, um contemporâneo dos acontecimentos, teria apenas testemunhado corretamente o que viu –, estabelecendo claramente uma linha de continuidade, uma filiação, entre a *Notícia* e a monografia da própria autoria, ambas escritas em estilo direto e comprometidas com “o rigor da verdade”. Em seguida investe impiedosamente, durante várias páginas, sempre contrapondo fatos, contra aqueles que elege seus contendores e antagonistas principais: Simão de Vasconcellos – narrando “um século depois” dos acontecimentos, sem “consciência do que escrevia”, teria registrado apenas “a ardente imaginação” de “um povo tropical”, numa “narração novelesca” – e Sebastião da Rocha Pitta, pretendo historiador que não citava suas fontes, autor somente de “um belo episódio próprio para o romance e a poesia”, recheado de “fragmentos do colorido próprio dos gongorísticos do século passado”. Pitta e Vasconcellos “não escapariam a ser chamados ao rígido tribunal da crítica, para nele se verem argumentados” – pelo próprio Varnhagen, naturalmente, no papel de juiz.<sup>54</sup>

Um historiador do final do século XX, apoiado em maior número de documentos (que vieram à luz depois de Varnhagen) e em cânones históricos diferentes, poderia argumentar que o visconde de Porto Seguro, sem ter consciência disso, deixou várias brechas no aparentemente inexpugnável rigor da sua lógica;<sup>55</sup> poderia ainda argumentar que ele, também sem disso se aperceber, empregou em sua monografia recursos ficcionais.<sup>56</sup> Tal diálogo, entretanto, não caberia aqui. Importa-nos é lembrar que Francisco Adolfo de Varnhagen, ao propugnar, de forma tão competente, a drástica cisão entre ciência e ficção, e portanto uma outra forma de produzir história, inaugurou novo ponto de vista, uma maneira completamente diferente de compreender o Caramuru e de contar sua história, mais duradoura do que talvez o próprio Varnhagen tivesse jamais suposto. Sua monografia foi um divisor de águas: nos cem anos seguintes, os rumos da historiografia levaram a maioria dos historiadores a escrever sobre o Caramuru à maneira de Varnhagen.<sup>57</sup> Daí em diante, postas de lado e desautorizadas nos meios acadêmicos, a ficção e a invenção sobre o Caramuru no Brasil escorregaram definitivamente para um meio onde já eram férteis: o da cultura popular. Aí, impulsionadas pelos novos meios de comunicação, floresceram de modo extraordinário, conforme assinalado no início deste artigo.

### *Caramuru como romance histórico*

Em 1900 foi lançado em Lisboa *Os Caramurus*, de Arthur Lobo D'Ávila, com o curioso subtítulo de *Romance histórico da descoberta e independência do Brasil*.<sup>58</sup> O próprio D'Ávila esclarece título e objetivo do livro: “Causará talvez uma certa estranheza que nesta obra conjugássemos o descobrimento do Brasil com a sua emancipação: porque aquele fato histórico é, pela grande maioria, considerado como uma glória, e este, como um revés, na história portuguesa. Fizemo-lo, porém, muito propositadamente, e precisamente porque entendemos ser conveniente destruir no espírito popular essa errada teoria, e pareceu-me ser momento azado, para o fazer, esta celebração festiva do quarto centenário da gloriosa descoberta da Terra de Santa Cruz por Pedro Álvares Cabral”.<sup>59</sup> D'Ávila, após afirmar que a independência do Brasil foi resultado de uma falta de visão ocasional dos constituintes portugueses de 1820 – os quais queriam obrigar o Brasil, após ter sido “elevado a todas as regalias de metrópole”, a retornar à condição de colônia –, conclui: “Portugal, que descobrira, civilizara e desenvolvera o Brasil, teve pois também a glória de lhe transmitir o fogo sagrado da liberdade. [...] o fato histórico da independência do Brasil é uma glória humana e social para o país que o descobriu e desenvolveu. [...] Eis porquê, na nossa humilde opinião, a independência do Brasil pode e deve ser invocada como título de glória para Portugal, a par da sua descoberta.”

O tema do Caramuru, portanto, serve para D'Ávila (que se diz descendente de Diogo Álvares) celebrar, em um momento histórico que lhe pareceu particularmente propício – o do IV centenário do descobrimento –, a descoberta e a independência do Brasil como obras de Portugal. Como? Dividindo o romance histórico em duas partes: na primeira, relata o enredo tradicional do Caramuru, enquanto, na segunda, um descendente do primeiro Caramuru auxilia José Bonifácio (seu colega da Universidade de Coimbra) e dom Pedro a proclamar a independência brasileira! Relacionam-se de novo, em uma narrativa em torno do Caramuru, história e ficção: de novo, a maneira de construir essa relação é nova.

A primeira parte do romance histórico – que ocupa cerca de 60% das suas 278 páginas – acrescenta ao enredo tradicional uma alentada seção passada em Portugal, na qual Diogo Álvares, nobre minhoto, vive movimentadas aventuras com insignes personagens da história lusa, como dom João Telles, a rainha dona Leonor, Vasco da Gama e outros, até embarcar na armada de Gonçalo Coelho, naufragando em costas brasileiras. O enredo do “homem de fogo” segue todos os passos já conhecidos, com muita ação e diálogos – Paraguaçu, dada pelo pai como favorita a Diogo, brada, assim que vê este: “Sou cristã!” –, até à morte, em consequência de lutas tribais, de Paraguaçu, seguida da de Diogo, não sem que este antes consiga que o filho dos dois, uma criança, seja transportado por ninguém menos que Hans Staden para a Europa, onde terá descendentes, “que se honravam em serem chamados Caramurus”.<sup>60</sup>

Na segunda parte do romance, o herói, “também chamado Diogo Álvares, como o seu antepassado, mas por toda a gente conhecido por o Caramuru”, um liberal apaixonado pela jovem brasileira Margarida (amor proibido), acompanha a família real portuguesa para o Brasil. Ali, em meio a várias peripécias, “torna-se um entusiasta do príncipe D. Pedro”, casa-se com Margarida, vai para Portugal e volta para o Brasil, sempre partidário da independência. Quando dom João VI regressa a Portugal, Diogo Álvares também para ali retorna, a pedido de dom Pedro, para continuar a alimentar a causa da separação e informar o amigo dos acontecimentos. A independência brasileira é iminente. Após o grito do Ipiranga, Diogo, que constatara ter sido o “solar dos Caramurus”, em Viana do Castelo, destruído durante a invasão francesa, viaja com a mulher para o Brasil, para Vila Velha, onde, nas terras que ainda pertencem à sua família, criará os filhos e formará “um Minho brasileiro”.

Nenhuma narrativa evidencia tão bem quanto esta um traço essencial em todos os textos sobre o Caramuru: a forte ligação entre Portugal e Brasil, ligação indissolúvel, posto que nada – história, destino, vontade dos homens etc. – a poderá jamais alterar. Ao atar para sempre as duas nações em um só enredo, o tema do Caramuru potencializa as ligações históricas existentes entre Portugal

e Brasil, fazendo com que uma nação se espelhe na outra. Ajuda, assim, a fomentar a ideologia (nem sempre diretamente vinculada à experiência histórica), até hoje expressa, que concebe Portugal e Brasil como “países irmãos”, “nações do mesmo sangue”, “almas gêmeas” etc. Muitos podem ser os usos políticos de uma narrativa.

### *O Caramuru dos divulgadores*

Em 1935 foi lançado em Portugal *O Caramuru – Aventuras prodigiosas de um português colonizador do Brasil*, de autoria de João de Barros, adaptação em prosa do poema épico de Santa Rita Durão.<sup>61</sup>

*O Caramuru – Aventuras prodigiosas...*, livro bem-sucedido – alcançou a sétima edição em 1993 –, segue rigorosamente o original que se propõe adaptar: mantém-lhe os mesmos personagens e estrutura, a mesma trama, salientando os episódios e aspectos a que Durão também deu ênfase. São diferentes apenas os subtítulos – Barros acentua o caráter aventureiro e prodigioso do enredo, chamando a atenção para o protagonista ser um colonizador português –, a origem de Diogo (nobre, segundo Durão, e “homem pobre e necessitado”, segundo Barros), uma certa mediação, inexistente em Santa Rita Durão, que Barros constrói, ao referir-se aos índios do Brasil (“Isto passava-se há mais de quatro séculos, quando o Brasil, hoje tão glorioso e civilizado, era ainda habitado por índios selvagens, muitos dos quais ferozes”<sup>62</sup>) e um “Epílogo”, onde Barros explica o sentido que o poema original tem para ele. A diferença fundamental entre as duas obras, entretanto, reside em outro ponto: na linguagem, que a adaptação em prosa, definindo com clareza a audiência a alcançar, buscou “correntia e fácil, que à gente moça e ao leitor mais ou menos culto prenda e ative [...] trazer ao conhecimento de todos uma obra digna de atenção e respeito”. O episódio original do naufrágio de Diogo, por exemplo, que ocupa dezesseis estrofes do Canto I de Santa Rita Durão, aí começando com um “De um varão em mil casos agitado/ Que as praias percorrendo do ocidente...”, transforma-se em algumas linhas no livro de Barros, iniciadas com um “Vinha de Portugal o barco perdido nas ondas, açoutado pela fúria da tempestade...”, e assim vai.<sup>63</sup>

Barros esclarece as razões do seu trabalho de divulgação: além da qualidade literária do poema,<sup>64</sup> o fato de este constituir-se no “cântico anunciador da alvorada duma Pátria”, e não de uma pátria qualquer, mas daquela que “é agora um dos fatores primordiais de novas modalidades de civilização e cultura”, resultante do “prodigioso e inteligente esforço dos colonizadores lusitanos nas terras de além-mar”.<sup>65</sup> Em suma, Barros deseja contribuir para o “melhor carinho” entre Portugal e Brasil, nações unidas pela história, uma mãe, e a outra, filha. E o melhor meio que encontrou para isso foi lembrar e divulgar o *Caramuru*,

que considera um símbolo da união Brasil-Portugal: “Português de nascimento e fé [...] prendeu-se tanto à formosa e hospitaleira terra do Brasil que, realmente, não sabemos hoje se o nome de Português lhe pertence mais que o de Brasileiro, se o nome de Brasileiro lhe compete mais que o de Português”.<sup>66</sup>

Acentuando, no “Prefácio”, no “Epílogo” e na “Vida do autor de Caramuru”, algumas características do poema de Santa Rita Durão, Barros, ao unir num só volume o seu texto ao do poeta mineiro, prolongou o fio histórico que o poema já possuía, projetando-o sobre a primeira metade do século XX, quando seu livro foi publicado. Essa nova apropriação do Caramuru, com a audiência alargada devido à modernização lingüística, reiterou o tema da unidade luso-brasileira em um momento particularmente difícil para Portugal: à pátria de passado glorioso, então empobrecida, dona de uma sombra tênue do antigo império, Barros apontava o caminho da união com o filho promissor, o Brasil; e a este, o rebelde adolescente, indicava o retorno à tradição, à solidez e à maturidade de quem “tão bem lhe desenhara a alvorada”.

## *Conclusão*

Dois aspectos relacionados ao tema do Caramuru foram escolhidos para serem desenvolvidos nesta conclusão: as relações entre história e ficção e o Caramuru como mito.

### *História e ficção*

As narrativas aqui analisadas sobre o Caramuru são exemplos do potencial de múltiplas combinações entre história e ficção. Algumas delas, como as de autoria de Gregório de Matos e de Santa Rita Durão, assumem-se como ficção; outras apresentam-se como história, como as de Jaboatão e Varnhagen; outras, como o romance histórico de Arthur D’Ávila, se dizem história ficcionalizada; algumas afirmam-se como crônica (Simão de Vasconcellos), outras ainda (Gabriel Soares de Souza) valorizam o testemunho do autor.

O conjunto das narrativas não aponta para uma linha de continuidade, um caminhar na mesma direção, seja de gêneros, seja de complexidade, seja do literário ao histórico (ou vice-versa) etc. Ao contrário, as trajetórias das narrativas, ao longo do tempo, evidenciam um constante ir-e-vir entre gêneros, modelos narrativos e níveis de complexidade. Depois do poema épico de Santa Rita Durão, quando tudo parecia indicar uma crescente ficcionalização do tema, surgiram a história de Jaboatão e, mais tarde, a prosa seca e científica do historiador Varnhagen. Após Varnhagen, terminou a fabulação, triunfou a ciência? Não: brotou a carnavalização do Caramuru. Nenhuma linha reta, nenhuma evolução detectadas. Antes círculos que vagueiam, abrem-se, fecham-se, interpenetram-se

em constantes movimentos, compondo novas e surpreendente figuras, múltiplas direções.

Às vezes, há mais diferenças entre textos do mesmo gênero do que entre os de gêneros diferentes. Embora Varnhagen e Rocha Pitta se declarem ambos historiadores, e ambos realmente escrevam história, apresentam tamanhas diferenças entre si que Varnhagen, para legitimar-se perante uma audiência de letrados do século XIX, elegeu o texto de Pitta como um de seus principais antagonistas, ao mesmo tempo que poupou da crítica – exatamente por pertencer a outro gênero, não se apresentando como concorrente – um texto ficcional como o *Caramuru* de Santa Rita Durão. Deixou, contudo, na obscuridade a obra que mais se aproximava da sua, no campo da história, e que ele decerto conhecia: o *Orbe serafico*, de frei Jaboatão.

As narrativas mesclam elementos tradicionalmente pertencentes à história com aqueles que a tradição convencionou literários. Historiadores, cronista, romancista e poeta, indistintamente, enveredam por enredos onde visões celestiais, antropofagias, colóquios imaginários em cortes estrangeiras e profecias fundem-se tranqüilamente com fatos e personagens da história do Brasil e de Portugal.<sup>67</sup> Os ficcionistas Santa Rita Durão e Arthur D'Ávila mesclam seus personagens com a história, mas embaralham presente, passado e futuro, um recurso da ficção... Gregório de Matos, em um poema, foi responsável pela mais contundente crítica social à elite da Bahia.

Algumas narrativas, embora façam ficção, “saltam” do texto para o mundo concreto dos autores, construindo referências explícitas à história e às preocupações do tempo em que escreveram seus criadores. É o caso do *Caramuru* de João de Barros e do romance histórico de Arthur D'Ávila, duas ficções que nos prefácios e prólogos explicam claramente a que vieram: celebrar “o inteligente esforço dos colonizadores lusitanos nas terras de além-mar”, a “bravura brasileira” e, no caso do segundo livro, a independência do Brasil como “uma glória humana e social” de Portugal, tentando assim contribuir para o “melhor carinho”, o melhor entendimento entre Portugal e Brasil, que os autores julgavam ameaçado à época em que escreveram.<sup>68</sup> Interessante como autores tais que Varnhagen e Rocha Pitta, assumidamente historiadores, não criaram entretanto qualquer relação explícita com a história extra-textual, a qual aparece clara, contudo, no poeta Gregório de Matos.

Tratamentos opostos do mesmo fato histórico às vezes resultam de perspectivas e intenções semelhantes. Escrevendo quando já haviam explodido no Brasil as duas principais revoltas separatistas (as Conjuras Baiana e Mineira), Santa Rita Durão sequer se refere à possibilidade da independência, pois sua intenção é justamente a oposta: reforçar os laços entre Brasil e Portugal. Já Arthur D'Ávila, em seu romance histórico, dá voltas mirabolantes ao enredo exatamente

para tratar da independência. Qual o objetivo de D'Ávila? Justamente o mesmo de frei Durão: fortalecer a união Brasil-Portugal. No caso de D'Ávila, este objetivo é atingido pela construção de uma continuidade entre os primeiros anos da história da colonização e o episódio da independência, ainda mal digerido por Portugal, à época em que o autor escreveu; no caso de Durão, o fim é alcançado omitindo-se a iminente separação.

Mudanças sutis de recursos estilísticos ou de composição de enredo e personagens, por outro lado, às vezes representam profundas diferenças entre perspectivas históricas. Com uma aparentemente simples rotação de protagonistas – Paraguaçu, em vez de Caramuru –, Sebastião da Rocha Pitta promove uma até então inédita valorização do papel dos indígenas no processo histórico da colonização portuguesa.

Por vezes, mudanças nas narrativas correspondem a transformações ocorridas nas diversas épocas em que viveram os autores. Simão de Vasconcellos, jesuíta que no início da colonização conviveu longamente com indígenas e colonizadores, conhecendo muito bem os costumes de ambos, concede a Caramuru várias mulheres, entre as quais Paraguaçu, que acaba se tornando a predileta. Rocha Pitta, escrevendo no XVII, mantém a poligamia de Caramuru, mas reserva a Paraguaçu o lugar de esposa e às demais, o de concubinas.

Cabe ao frei agostiniano Santa Rita Durão, no final do século XVIII, época em que a sociedade brasileira branca já se apresentava basicamente configurada segundo moldes europeus, encerrar o período de “relações pecaminosas” do protagonista, criando, desde o início da narrativa, um Caramuru monogâmico, modelo que prevaleceu nas narrativas posteriores.

As múltiplas combinações entre história e ficção no Caramuru poderiam ser exploradas quase indefinidamente. Como em um caleidoscópio, é suficiente agitar de leve os elementos para descobrir um conjunto de relações inteiramente novo, outras perspectivas. História e ficção são ambas essenciais na construção da grande narrativa do Caramuru. Esta representa um caso-limite, mas não uma exceção: em geral as narrativas que contamos estão mais impregnadas de história e de ficção do que costuma admitir a nossa tradição iluminista.

### *Mito*

Todas as narrativas analisadas, independentemente de como entrelaçam história e ficção, dos recursos estilísticos e da perspectiva que adotam, têm um ponto em comum: ao contar as aventuras e desventuras de Diogo Álvares e Paraguaçu, estão a referir-se, o tempo inteiro, e obsessivamente, a algo mais: ao Brasil e a Portugal. As duas nações projetam suas grandes sombras sobre os textos, que, talvez por isso, apresentem uma relação tão íntima com a história.

Os exemplos da constante referência a Portugal e ao Brasil são muitos, vários deles apresentados no item anterior, e seria cansativo relacioná-los de novo aqui. Lembremos apenas que todas as narrativas, sem exceção, situam o episódio do Caramuru dentro da história da colonização portuguesa do Brasil (o que varia – e isso não tem importância para o ponto em discussão – é o tempo dessa inserção: se na época do donatário Francisco Pereira, se na da expedição de Gonçalo Coelho ou na de Cristóvão Jacques). Não por acaso os livros têm títulos e subtítulos como “Notícia do Brasil”, “Poema épico do descobrimento da Bahia”, “Romance histórico da descoberta e independência do Brasil”, “Aventuras prodigiosas de um português colonizador no Brasil” etc.

Tudo isso aponta para a idéia que queremos discutir: o conjunto de narrativas sobre o Caramuru, pensamos, pode ser considerado um mito de origem do Brasil, um conjunto discursivo que, ao narrar as peripécias do casal Paraguaçu-Caramuru, metaforiza os fundamentos de um certo país Brasil. Para facilitar a exposição, apresentaremos a seguir, brevemente, as principais características dos mitos, em especial dos de origem, retornando depois à história do Caramuru, para investigarmos até que ponto ela se imbuí de tais características.

Os mitos (expressão que, em grego, significa “história” ou “palavra”) “dramatizam a visão de mundo e a experiência em uma constelação de poderosas metáforas”, expressando vivências fundamentais para um determinado grupo humano.<sup>69</sup> Representam uma das formas possíveis para uma comunidade revelar e compartilhar emoções, esperanças, medos e sonhos coletivos, expor e resolver conflitos, fixar, transmitir e reelaborar experiências e, por isso, geralmente apresentam uma íntima relação com o sagrado.<sup>70</sup> Os mitos agrupam elementos fundamentais – que Karl Jung chamou “arquetipos”<sup>71</sup> – com os quais a maioria de um grupo se identifica. Representam, assim, visões de mundo, lidando sempre com questões essenciais, relacionadas à origem, ao fim e à natureza das pessoas e coisas. Explicam o universo a um determinado grupo, nos seus próprios termos, oferecendo aos que nele acreditam uma identidade, um lugar no mundo.

Mitos têm estrutura peculiar, como os sonhos; não seguem a razão, por isso são capazes de simbolizar grande número de acontecimentos e emoções em uma única cena, podendo também abrigar contradições. São dotados de um pensamento subliminar, uma *hypnoia* e, por isso, geralmente são expressos por metáforas.<sup>72</sup> São coletivos e flexíveis, comportando em geral várias versões, responsáveis pelas atualizações da história original e pelas diferentes apropriações que a sociedade faz deles; às vezes determinada versão de um mito se torna predominante, mas é comum ocorrer uma vigorosa disputa entre diversas versões. Um mesmo mito pode ser repetido durante milênios.

Os mitos transformam-se mais lentamente do que as sociedades, por três razões principais: giram em torno de poucos elementos, cristalizados; operam

em nível simbólico, difuso, mais protegido contra mudanças do que o nível material; e são capazes de rearranjar internamente seus elementos, adaptando-os a novas situações, sem contudo perder os atributos essenciais. Ninguém – pessoa, grupo ou nação – é capaz de criar um mito baseado apenas em seu desejo de fazê-lo. Para existir, um mito deve corresponder a necessidades sociais profundas, expressando símbolos poderosos; a criação e permanência de um mito é socialmente determinada, não uma ação isolada.

Os mitos podem ser, e muitas vezes são, socialmente manipulados, pois representam uma fonte potencial de poder. Muitos mitos são conscientemente reforçados, atenuados, divulgados, “envelhecidos” ou embelezados porque beneficiam um determinado segmento social, um governo ou uma nação. Um grupo que se identifica ou é identificado com um mito positivo transfere a autoridade simbólica conferida pelo mito – que é imensa – para si próprio. A partir de então poderá decidir quem irá, ou não, compartilhar dessa identidade, quem pertencerá ou não ao grupo.

Um mito, às vezes, metaforiza o nascimento de um grupo ou nação: “Os mitos de origem da *natio*, no sentido original do termo, são o resultado de uma aplicação à coletividade, por uma extensão analógica, do processo biológico de nascimento do indivíduo [...]. O nascimento de uma criança supõe biologicamente a existência de uma mãe, a ação de um pai (mas nem sempre o seu reconhecimento) e geralmente a união de um casal parental. [...] O terceiro caso de figura concerne a história de um casal parental simbólico, que engendra um povo; este povo cria para si um duplo espaço habitável, sob uma forma concreta (um território) e sob uma forma simbólica (uma cultura). Esse conjunto constituído pelas terras de um lado e, de outro lado, pelas tradições, chama-se a ‘herança dos pais’, *patria*, a pátria.”<sup>73</sup>

Baseado, como se viu, em metáforas, o mito do Caramuru dramatiza algumas das mais fundamentais experiências históricas e simbólicas do Brasil e de Portugal. Experiências tão importantes que sobre elas se assenta grande parte da construção das duas identidades nacionais: no caso brasileiro, a sociedade multiétnica e multicultural, tema que tem rondado as artes, a ensaística e a imaginação brasileira há séculos; no caso português, a construção do império colonial, um dos fulcros da identidade lusitana. O mito aponta também para a continuidade luso-brasileira – tema recorrente em todas as narrativas, conforme assinalado – e, ao fazê-lo, encerra ambas as experiências em um único e poderoso simbolismo. Mais: situando-se nos primórdios da colonização portuguesa, o mito constrói uma origem, um fundamento, um nascimento para o Brasil. No mito de origem, Paraguaçu e Caramuru representam o casal parental simbólico: não por acaso todas as narrativas – que são discursos fundadores –, sem exceção, referem-se à vasta e nobre descendência que deixaram.

Mas o mito estabelece a origem de qual Brasil? Diferenças à parte (no momento lidamos com as semelhanças entre as narrativas), todos os textos referem-se a um país que se encontra numa encruzilhada entre, de um lado, um longo e influente passado, que é indígena e que se projeta, poderoso, sobre o presente (= sobre o tempo da narrativa); e, de outro lado, um presente (dependendo da narrativa, também um passado recente), que é marcado pela influência física e cultural dos brancos, europeus e católicos, consubstanciados nos portugueses (que trarão consigo os africanos). O futuro desse país, referem as narrativas, depende fundamentalmente de como tais elementos serão relacionados entre si e equacionados. Esse é o enredo dos vários textos. É esse Brasil surpreendido na encruzilhada da história que a narrativa do Caramuru metaforiza.

Assim o indígena, apresentado como bruto, feroz, antropófago, ateu, ignorante, desprovido de cultura e civilização, mas também guerreiro, intrépido, sem malícia e corajoso – uma força da natureza – deve ser domesticado e catequizado, para permitir ao Brasil o desenvolvimento e a feliz integração ao rol das nações civilizadas.

Essa oportunidade aparece com a chegada dos personagens históricos portugueses (referidos em todos os textos): os donatários, sacerdotes, capitães, pilotos, funcionários reais etc. O presente do Brasil – diz o mito do Caramuru – é difícil, os embates são duríssimos: um donatário morre devorado pelos índios, logo morrerá um bispo (a sempre presente antropofagia lembra o constante risco de o Brasil indígena “devorar” o Brasil português), os demais colonizadores enfrentam naufrágios, animais ferozes, bestas humanas, matas virgens... onde moram o pecado, a ruína e a sedução.

Situados bem no meio da encruzilhada, Diogo e Paraguaçu vivenciam todos esses perigos mas a tudo resistem, redimidos, pois o casal mestiço representa exatamente a possibilidade de superação, de solução do impasse brasileiro. “Herdeira do império tupinambá”, ela torna-se não apenas uma cristã, mas uma eleita de Deus, ao ter visões de Nossa Senhora – e aqui se estabelece o elo com o sagrado, essencial em um mito. Ele é o herói engrandecido pela convivência com os indígenas, o homem-ponte, o intérprete entre duas culturas, que traz em suas alcunhas o peixe, o dragão, o mar e o fogo, Caramuru de tantos nomes quantas forem as apropriações e versões que se fizerem do seu mito, homem múltiplo, pois representa muitos outros homens.

Do casal interétnico e intercultural emerge o futuro promissor e positivo do Brasil, expresso nas “cidades douradas” e nos “vice-reis” da visão de Paraguaçu. Surge um país que conseguiu resolver satisfatoriamente seus impasses e se integrou, “sobranceiro”, ao império do qual fazia parte. E onde, é claro, deve

continuar: todas as narrativas, já se viu, apontam para a continuidade entre Portugal e Brasil, para este como parte daquele.

Os textos, contudo, não tratam apenas do Brasil. Ao surpreender esse país no início do século XVI, eles se referem também, é claro, a Portugal, aos portugueses, ao projeto de consolidação do império português. Lá estão dom Manuel, dom João III, Martim Afonso de Souza, Gonçalo Coelho, as relações com a França, os donatários, os sacerdotes, os colonos, as caravelas e naus, as vilas, os fortes, as guerras nas conquistas... Não por acaso o enredo do Caramuru foi criado por autores portugueses e, durante muito tempo, divulgado por e para portugueses; não por acaso, também, quando o Brasil já havia muito estava independente, foram dois portugueses, João de Barros e Arthur D'Ávila, que retomaram o tema. As narrativas sobre o Caramuru, portanto, são metáforas também de Portugal.

De qual Portugal? Os textos referem-se a uma nação católica, civilizada, unida em torno de um rei – sua maior autoridade e símbolo –, cujos vassalos saem pelo mundo com a gloriosa, porém difícilíssima, missão de conquistar, civilizar e catequizar bárbaros de toda espécie. Para isso, eles (como o fez Diogo Álvares) abandonam lar e pátria, expõem-se aos perigos do mar (há dois naufrágios na história), lutam desesperadamente para sobreviver em meio aos rudes bárbaros (alguns perecem), mas nunca desistem da alta missão, atribuída por Deus e pelo rei, de evangelizar e educar, estendendo a fé, a cultura e as armas do império português ao mundo inteiro.

O mito do Caramuru, tecido ao longo de séculos, constituído por um núcleo básico – repetido *ad infinitum*, após fixado pelo Padre Simão de Vasconcelos –, adaptado, como se viu, às sempre novas audiências e demandas, foi várias vezes politicamente apropriado (basta lembrar as intenções explícitas dos dois últimos autores portugueses), mas, como a fênix, ressurgiu sempre, renovado e despolitizado, pronto para ser novamente apropriado. É um mito que toca em alguns dos mais importantes, queridos e afagados componentes da construção das memórias coletivas de brasileiros e portugueses. No caso do Brasil, metaforizando o belo país abençoado por Deus, que soube sempre resolver com amor, sem violência, com alegria (com samba, cachaça, carnaval e futebol), com negociação e conagraçamento (por artes do “jeitinho” e da malandragem, da mestiçagem e da democracia racial) os imensos desafios da sua sociedade plural. No caso português, o da nação gloriosa de Afonso Henriques e dos grandes navegadores, do pequenino país descobridor e povoador de mundos, civilizador e salvador de almas, que jamais se curvou ante os enormes perigos do destino imposto por Deus e pela História. Caramuru, mito de origem do Brasil e do entrelaçamento de duas nações, confluência de narrativas plenas de eventos, imaginação e desejos.

## Notas

1. Não há qualquer segurança a respeito da data de chegada à Bahia de Diogo Álvares. Os documentos de época são vagos a respeito, alguns contraditórios, o que leva os historiadores a adotar opiniões diferentes, segundo a fonte em que se baseiam. A maioria das fontes conduz para os anos imediatamente posteriores a 1500; algumas, entretanto, apontam para a década de 1530. Embora não se costume levantar dúvidas a respeito da condição de naufrago de Diogo Álvares – de tão repetida, parece hoje “incorporada” ao personagem –, o fato é que ela não é comprovada. Gabriel Soares de Souza refere-se a um naufrágio, porém ocorrido nas costas da Bahia, durante uma viagem entre Ilhéus e Vila Velha, em companhia do donatário Francisco Coutinho. A narrativa do Padre Simão de Vasconcellos, que dá Diogo como naufrago numa viagem com origem em Portugal, omite suas fontes, mas documentos posteriores repetiram a informação, também sem indicar a origem. No século XVII, o poema épico de Santa Rita Durão, ao dedicar ao episódio do naufrágio um movimentado, heróico e trágico canto, ligou definitivamente Caramuru à condição de naufrago; isto foi reforçado pela iconografia, que reproduziu fartamente o episódio. Permanecem, contudo, outras possibilidades, também sem confirmação documental: a de Diogo Álvares ter sido um entre vários degredados então abandonados no litoral brasileiro, com o objetivo de aí aprender língua e costumes locais, para depois os transmitir aos portugueses; a de ter sido tripulante de uma das primeiras expedições enviadas ao Brasil e ter decidido, por vontade própria, permanecer em terra, como o fizeram outros portugueses; e a de ter sido um dos diversos judeus que,

expulsos do Reino em 1496, buscaram a América.

2. Embora ela seja provável, não há segurança acerca dessa naturalidade. Há certeza apenas quanto à nacionalidade portuguesa de Diogo Álvares, atestada por testemunhos de época. Alguns autores registraram o nome completo como Diogo Álvares Correia.

3. O episódio da arma de fogo – que, até onde sabemos, foi referido por escrito, pela primeira vez, pelo Padre Simão de Vasconcellos –, aparece em quase todas as narrativas sobre o Caramuru até meados do século XIX; Varnhagen foi o primeiro a duvidar do episódio e a ironizá-lo. Vários historiadores posteriores, porém, continuaram a referir-se ao fato.

4. Algumas fontes (p. ex., Gabriel Soares de Souza) omitem tal viagem; Varnhagen, escrevendo em meados do século XIX, nega sua existência. Desde a obra de Simão de Vasconcellos, porém, a referência à viagem é uma constante dos textos.

5. Os fatos históricos referidos até aqui constam dos documentos citados na nota nº 49 e também dos seguintes: Cartas do Pe. Manuel da Nóbrega ao Pe. Miguel de Torres, Lisboa, 3/4/1557, 8/5/1558 e 14/8/1558, in Leite (1955: 197, 289 e 302); Carta do Pe. Manuel de Paiva ao Pe. Manuel da Nóbrega, 18/8/1551, in Leite (1965: 56); Carta do Governador Geral Tomé de Souza ao Rei de Portugal, 13/8/1549, in Marques (1988, vol. 4: 112). Há ainda documentos inseridos nas narrativas analisadas neste artigo.

6. Exemplos dos vários tipos de narrativa que o tema do Caramuru conheceu no século XX (para evitar repetições, as referências bibliográficas dos outros séculos estão em outras notas do presente

texto): poesia popular (literatura de cordel) – João Gonçalo, *Do naufrágio, das lutas e vitórias de Diogo Álvares Correia, dito 'O Caramuru', nas sagradas terras da Bahia* (Feira de Santana, s. ed., 1931); jornalismo – José Hildebrando, “O Caramuru”, *A Tarde*, Salvador, 26/6/1972; peça de teatro – Aidil Linhares, “A espingarda do Caramuru ou o pique dos índios” (Salvador, mimeo); livro didático – quase todos os que se referem aos primeiros anos da colonização portuguesa no Brasil contêm referências, mais ou menos pormenorizadas, à história do Caramuru; romance – Arthur Lobo D’Ávila, *Os Caramurus – Romance histórico da descoberta e independência do Brasil* (cf. Ávila, 1900).

7. Apenas como exemplos, citem-se dois livros paradidáticos recentes, escritos para públicos diversos (universitário e primário, respectivamente), um editado em Portugal, outro no Brasil, que contêm referências ao Caramuru: Couto (1995) e Sousa (1995).

8. Autores não luso-brasileiros que se referiram ao Caramuru foram em geral cronistas, ativos participantes da história, como Claude d’Abbeville (1614), ou historiadores, como Southey (1981). Sua produção, extremamente importante, porém pouco significativa para o entendimento da construção da memória do Caramuru (pois, em geral, eles apenas fazem referências muito breves ao tema ou repetem os autores luso-brasileiros), não será objeto de análise neste texto.

9. Alguns livros que atestam a existência de uma tradição oral na Bahia sobre o Caramuru: Carneiro (1955) e Pierson (1958). Ferdinand Denis, intelectual francês que escreveu sobre o Brasil na primeira metade do século XIX, testemunhou a existência da tradição na Bahia desde essa época: “Há uma quinzena de anos, mostraram-me ainda, na extremidade do Corredor da Vitória, uma árvore quase desprovida de sua

folhagem, que era designada pelo nome de ‘Árvore da Descoberta’. Foi atrás dela, dizia-se, que Diogo Álvares se havia escondido quando, após o naufrágio, viu os selvagens se apossarem de seus companheiros” (Denis, 1837). Pelas razões expostas na nota anterior, a narrativa de Denis não será objeto de análise.

10. Gabriel Soares de Souza nasceu em Portugal, provavelmente em 1545. Aportou por volta de 1569 à Bahia, onde permaneceu durante quase duas décadas, como senhor de engenho e ocupante de cargos públicos. Aí constituiu família. Durante a União Ibérica, esteve em Lisboa e Madri tentando obter licença e apoio para, junto com o irmão, explorar riquezas minerais de que tivera notícias, nas cabeceiras do rio São Francisco. Nessa época levou consigo para Portugal o manuscrito de *Notícia do Brasil*, oferecendo-o a Cristóvão de Moura. Em 1591, com mais de 360 colonos, retornou à Bahia, mas perdeu grande parte dos passageiros em um naufrágio. Chefiou uma bandeira em direção ao São Francisco, morrendo no caminho. *Notícia do Brasil* (nomeado em algumas edições *Tratado descritivo do Brasil*), por haver circulado em cópias manuscritas e anônimas a partir de 1587, durante muito tempo teve sua autoria atribuída a diversas pessoas; contudo, uma carta de Gabriel Soares a Cristóvão de Moura, encontrada mais tarde, esclareceu definitivamente a questão da autoria. Citarei aqui a edição de 1989.

11. Souza (1989: 32).

12. Souza (1989: 76). Nesta página, uma única vez, o autor confere dois sobrenomes a Diogo: Álvares e Correia.

13. Uma outra obra, de autoria de Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil – 1500-1627*, a primeira história geral do Brasil escrita por um brasileiro, repete brevemente a versão de Gabriel Soares de

Souza. Acrescenta-lhe a informação de que os índios chamavam Diogo de “Caramuru” porque “lhe sabia falar a língua”, afirmando que o conhecimento do idioma talvez não tivesse bastado para salvá-lo da antropofagia, “se dele não se namorava a filha de um índio principal que tomou a seu cargo defendê-lo”; nascia assim, ainda timidamente, a futura Paraguaçu. No entanto, a importante obra de Frei Vicente do Salvador não faz parte da história da construção da memória do Caramuru: escrita no século XVII, foi publicada pela primeira vez apenas em 1889, mais de 250 anos depois, quando a memória sobre o personagem já se encontrava enriquecida por muitos outros relatos eruditos e populares.

14. Simão de Vasconcellos, nascido no Porto em 1596, foi jovem para o Brasil, onde ingressou na Companhia de Jesus, professando em 1636. Com exceção do ano de 1641-42, quando esteve em Lisboa, viveu até 1658 em terras brasileiras, onde foi professor, reitor dos colégios da Bahia e do Rio de Janeiro e provincial. Após um ano (1662-63) em Roma, como procurador da província do Brasil, retornou ao Rio, dedicando-se até à morte (1671) a estudar e a escrever sobre a atuação dos jesuítas no Brasil. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*, publicado em 1663, é seu livro mais importante; narra a atuação dos primeiros jesuítas e colonizadores portugueses com detalhes inexistentes em outras obras da época, pois o autor, dada a sua formação e posição, teve acesso a importantes informações reservadas. Citarei aqui a edição de 1865.

15. Vasconcellos (1865: 25-28).

16. Uma das muitas versões a repetirem Vasconcellos foi Francisco de Britto Freyre (1675). Freyre, almirante da armada portuguesa que lutou no Brasil contra os holandeses, modificou apenas os seguintes pormenores: o nome Caramuru significa “homem do fogo”; as

mulheres, inconformadas com a viagem de Caramuru à França, atiraram-se à água, e “dizem que se afogou uma” (Freyre, 1675: 73). A narrativa de Freyre, assim como a maioria das outras publicadas nos séculos XVII e XVIII sobre o Caramuru, não cita o livro de Simão de Vasconcellos. O costume de escrever notas e referenciar fontes generalizou-se mais tarde.

17. A noção de “núcleo duro” como “elemento central do enredo, que aparece repetido quantas vezes forem necessárias em outros textos”, está em Kermode (1983).

18. Cf. Cunha (1998: 103).

19. Matos (1969, vol. 4: 840).

20. Sebastião da Rocha Pitta nasceu na Bahia, em 1660, e formou-se em cânones na Universidade de Coimbra. Após breve passagem pela Infantaria de Ordenanças da Bahia, como coronel, recolheu-se à fazenda de sua propriedade em Cachoeira e aí se dedicou à pesquisa e à produção escrita. Após compor sem sucesso obras de ficção, decidiu-se a escrever uma história do Brasil. Para tanto, pesquisou durante anos em arquivos e bibliotecas do Brasil e também de Lisboa; a fim de ler documentos no original, aprendeu idiomas estrangeiros. Sua *História da América Portuguesa* foi à época elogiada por intelectuais importantes e aprovada com louvor pela Academia de História Portuguesa, que tornou o autor seu membro supranumerário; o prestígio da obra ajudou Rocha Pitta a tornar-se fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo. Citarei aqui a edição de 1880.

21. Rocha Pitta não data a expedição de Cristóvão Jacques. Esta expedição exploradora, muito pouco mencionada em livros anteriores, teve sua existência (hoje comprovada) discutida pelos historiadores até meados do século XX. Atualmente se admite que Cristóvão

Jacques chefou duas expedições ao Brasil, uma entre 1516 e 1519, e outra entre 1526 e 1528 (cf. Vianna, 1974); pelas informações que dá, o relato de Pitta parece referir-se a uma data próxima a 1515. Cristóvão Jacques, segundo relataram Pitta e outros, chegou até o rio Paraguaçu (“rio grande”, em tupi), na Bahia.

22. Pitta (1880: 29).

23. Pitta (1880: 31). Ao longo do século XVIII escreveu-se bastante acerca das pregações de São Tomé no Brasil. A esse respeito existe no Arquivo Nacional da Torre do Tombo curioso manuscrito do século XVIII, em que o autor, talvez baseado na obra de Pitta, entre vários outros episódios da história brasileira, descreve a ida de São Tomé ao Brasil (cf. ANTT. Papéis do Brasil. Códice 13, p. 1-26).

24. A segunda edição da obra do Pe. Simão de Vasconcellos, originalmente publicada em 1663, data de 1865, quando os exemplares existentes da *Chronica* já eram de “extrema raridade”, segundo o editor (cf. “Advertência Preliminar”, in Vasconcellos, 1865, s. p.).

25. Não por acaso são estas as primeiras palavras do livro de Pitta: “As grandezas e excelências, ó leitor discreto, da região do Brasil”...

26. Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão nasceu em 1695 em Pernambuco, na freguesia de Santo Amaro (regada pelo rio Jaboatão) e morreu em cerca de 1765. Professou em 1717 na Ordem de S. Francisco, onde exerceu vários cargos. Autor de numerosas obras – crônicas, histórias e sermões –, muitas dedicadas à história de sua ordem, seu principal livro é *Orbe serafico novo brasilico*, de 1761.

27. “Antilóquio”, in Jaboatão (1761, s. p.).

28. Jaboatão (1761: 22).

29. Jaboatão (1761: 25-26).

30. Frei José de Santa Rita Durão, ao que tudo indica filho de portugueses, nasceu em Cata Preta, aldeia da diocese de Mariana, Minas Gerais (1722?), e faleceu em Lisboa em 1784. Levado para Portugal ainda criança, ingressou na Ordem de Santo Agostinho e doutorou-se em teologia na Universidade de Coimbra, onde posteriormente foi professor. Ocupou algum alto posto nesta universidade (algumas fontes dão-no como reitor) durante o período do Marquês de Pombal; há indícios de que teria caído em desgraça perante Pombal, por discordar da política em relação aos jesuítas aplicada pelo bispo dom João da Cunha. Compôs o poema épico nos últimos anos de vida, quando, impossibilitado de escrever devido a uma doença grave, teria ditado uma parte da obra pela qual é lembrado: *Caramuru – Poema épico do descobrimento da Bahia*. Citarei aqui a edição de 1845.

31. Romero e Ribeiro (1906), Coutinho (1968). Frequentemente a obra de Durão é comparada ao *Uruguai*, de Basílio da Gama, poema épico sobre as guerras entre índios, portugueses e espanhóis em Sete Povos das Missões, então Uruguai, publicado em 1769; ambos são considerados expressões do arcadismo setecentista no Brasil. Análises literárias sobre o poema de Durão podem ser encontradas, entre outros, em: Cândido (1981); Cidade (1957); Martins (1977). Houve uma tradução francesa do *Caramuru*, ainda no século XIX: Monglave (1829).

32. “Reflexões prévias e argumento”, in Durão (1845, respectivamente p. XIII e XVI). Muitos críticos chamaram a atenção para a influência do modelo de *Os Lusíadas* sobre *Caramuru*.

33. Canto II.XLVI, in Durão (1845).

34. A primeira referência ao episódio está no Canto I.XXVII e seguintes. As outras, em Canto II.VIII-XII, XLIII e L, Canto

III. XC e seguintes, Canto IV.LXVI e Canto V.XLII, LI, LXVIII e LXX.

35. O termo “cacique”, de origem *taina* (Arawak, das Antilhas, depois espanholizado na instituição *cacicazzo*), não sendo vocabulário tupi, não é o mais indicado para referir-se aos grandes guerreiros indígenas tupinambás (para usar o etnônimo mais freqüente da bibliografia especializada). Entretanto, como o termo se popularizou e é efetivamente utilizado no poema de Durão, será mantido aqui nas referências a este texto específico. Agradeço ao parecerista anônimo deste artigo as explicações acima, referentes ao termo “cacique”.

36. É famosa (e, segundo alguns críticos, literariamente bem-sucedida) a descrição da morte de Moema, personagem cuja existência, conforme se viu, já vinha sendo delineada antes (cf. Canto VI.V e seguintes e Canto VI.XXXVI e seguintes). A cena é também muito representada em desenhos, pinturas e gravuras.

37. A criação de heróis redimidos pelo sofrimento em meios remotos tem sido comum no imaginário de vários povos. A chegada dos europeus à América forneceu numerosas narrativas sobre o tema (como as de Cabeza de Vaca ou de Hans Staden), muitas das quais continham elementos presentes também na história do Caramuru: é o caso do medo que o herói sente ao chegar, o medo que inspira devido a algum conhecimento que tem (como o uso da arma de fogo), muitas vezes identificado pelos nativos com alguma qualidade divina, o abandono do herói naufrago ou prisioneiro, que nessa condição começa a viver realmente uma experiência transcultural etc. Cf. a respeito, entre outros: Cabeza de Vaca (1987); Lery (1960); Staden (1974). Para uma boa análise do tema, cf. O’Gorman (1992) e Todorov (1983). Para uma comparação do

tema em outro contexto histórico, é interessante conhecer as representações sobre o *pioneer*, o conquistador branco do Oeste norte-americano. A esse respeito, cf., entre outros, Nash (1967) e Slotkin (1973 e 1985).

38. “Na generosa empresa não descansar / De instruir a rudeza do selvagem [...] Que às expensas do rei seja educado / O neófito, que abraça a santa Igreja.” Cantos VIII.II. e X. LXXVI in Durão (1845).

39. As citações estão respectivamente em Canto I.LXXVIII e LXXVII, Canto IV.II e III e Canto IV.XLV e seguintes. Representações de homens e mulheres de outros continentes com características européias eram comuns na literatura e na iconografia da Europa Ocidental desde o século XVI.

40. “Quando Paraguaçu/ Já Catarina...” escreve Durão no Canto VIII.XIII. Na visão que “Catarina” teve de N. Sra. – “mais bela que esse sol que o mundo gira/” (Canto IX.I) –, esta pedia que lhe fosse restituída uma imagem sua roubada. O mistério da imagem desconhecida permanece durante vários cantos, até ser descoberta, em terra, uma imagem que um carijó havia furtado. “Esta é (disse) é esta a grã senhora / Que vi no doce sonho arrebatada” (Canto X.XLIII), exclama Paraguaçu (cf. também Canto VIII.XVII e seguintes). Santa Rita Durão a seguir estabelece, como outros já haviam feito, a mesma ponte entre esse episódio miraculoso e a história do Brasil, pois a santa é escolhida padroeira da Bahia.

41. Cf. Canto X.L e seguintes. Os indígenas prestam “vassalagem” a Caramuru, que repassa tal vassalagem ao rei de Portugal (Canto X.LXIX). Escusado lembrar que os conceitos de “herança” e “vassalagem”, tal como expressos por Rocha Pitta e Durão, eram desconhecidos dos índios.

42. Canto III.XI. Ao narrar para Caramuru os “costumes indígenas” tais como Frei de Santa Rita Durão os idealizou – a importância das tabas, o respeito pelos velhos, o eficiente sistema de justiça, a punição do incesto e do adultério (!) etc. –, Gupeva em verdade descreve uma utopia europeia. Na segunda metade do século XVIII muitas dessas utopias foram situadas pelos europeus em regiões e entre povos “remotos”.

43. Canto I. XXIV, LXXXVII, LXXXIXIV, Canto IV. notas 1 e 2, Canto V.LXXIII e Canto X.XVIII.

44. Canto IX. XIII e LXXVIII.

45. Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu em São João de Ipanema, SP, em 1816, e faleceu em Viena, Áustria, em 1878. Filho de um militar austríaco e provavelmente de uma portuguesa, estudava no Colégio Militar, em Lisboa, quando decidiu alistar-se nas tropas de dom Pedro I, em defesa da restauração constitucional do Reino. De volta ao Brasil, conseguiu comprovar a nacionalidade brasileira e ingressou na diplomacia; serviu em vários países, inclusive Portugal e Espanha. Barão e Visconde de Porto Seguro, foi membro de prestigiosas instituições (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Brasileira de Letras, Academia Real de Ciências de Lisboa e Academia Real de História de Madri) e se tornou um dos mais prestigiados historiadores brasileiros do seu tempo. Sua obra, composta de mais de cem escritos e caracterizada pelo uso de grande número de documentos inéditos e pelo rigor metodológico, ajudou a erigir o influente padrão historiográfico que marcou a produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro à época. Note-se que, em 1859, Varnhagen publicou um romance histórico: *Caramuru*. Seu trabalho aqui analisado é “O Caramuru perante a História” publicado na *Revista*

*Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1848.

46. O concurso aberto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha como tema central a viagem de Diogo Álvares à França, reproduzindo a respeito do assunto dois parágrafos retirados da obra de Sebastião da Rocha Pitta. Como se verá, o premiado trabalho de Varnhagen não só criticou duramente a obra de Rocha Pitta, como concluiu nunca ter existido a viagem de Caramuru à França.

47. Varnhagen (1848: 130). As citações seguintes estão, respectivamente, nas p. 129, 130 e 131.

48. “Quem conta um conto / Acrescenta um ponto”, lembra Varnhagen em nota (nota 1, p. 130).

49. Parte deste ensaio (originalmente publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1847) foi depois reproduzida na segunda edição do poema de Santa Rita Durão. Cf. Durão (1845: VII-XIII).

50. Grande parte da concepção de Augusto Comte sobre a história baseou-se em idéias correntes à época em que escreveu. Tais idéias – como a classificação da história em etapas sucessivas e evolutivas, a progressão desde a mitologia até a ciência, a identificação entre história e civilização e a atribuição de um caráter científico ao trabalho do historiador – influenciaram grandemente Varnhagen, sempre muito bem informado sobre a produção europeia nas áreas de história, filosofia e literatura.

51. Alguns documentos citados ou reproduzidos na monografia: relação de Francisco de Ávila sobre a nau *São Gabriel* (1526), relação do capitão Diogo de Garcia (1526), carta de Pero Lopes a Martim Afonso de Souza (1531), testemunho de Herrera (1535), carta de

Pero de Campo Tourinho a dom João III (1546) e carta de Manuel da Nóbrega (1555).

52. “Demos existência formal ao que antes não fora talvez mais do que conjecturas enfeitadas por uma imaginação criadora”. Cf. Varnhagen (1848: 151).

53. Varnhagen (1848: 140 e 147).

54. Varnhagen não duvida de que Pitta tenha consultado manuscritos, mas o acusa de não os haver citado. Cf. Varnhagen (1848: 144 e 146-149).

55. Dois exemplos de brechas no rigor da lógica: 1º) para dar “Caramuru” apenas como sinônimo de um peixe brasileiro, Varnhagen apóia-se no capuchinho seiscentista Claude d’Abbeville, que atuou no Maranhão e descreveu o peixe; nega assim outra fonte igualmente válida, e mais próxima dos acontecimentos, o também seiscentista jesuíta Simão de Vasconcellos, que morava na Bahia (isso, sem argumentar com a possibilidade da existência de dois significados para o termo, um relativo ao peixe e outro dado como alcunha a Diogo Álvares). 2º) Varnhagen afasta várias possibilidades de o Caramuru ter estado na França apenas baseado numa suposição de racionalidade do comportamento de Diogo Álvares: se este, argumenta, estava auxiliando os portugueses, como iria se bandear para o lado dos franceses? Além de tal comportamento racional ser apenas uma suposição do historiador, hoje em dia está comprovado que, durante os primeiros anos da colonização, muitos colonos transitaram entre portugueses e franceses, tirando partido da presença de ambos no Brasil.

56. Três exemplos do emprego de recursos de ficção no texto: o uso da ironia, para referir-se aos autores e fatos dos quais discorda; o emprego de numerosas metáforas; e a eleição, ao longo do texto, de protagonistas (os

autores com os quais concorda) e antagonistas (os dos quais discorda), que travam caloroso embate entre si.

57. É o caso de praticamente todas as histórias gerais do Brasil publicadas neste século. Os historiadores que seguiram outros cânones históricos, como o marxismo, abandonaram o tema.

58. Não se conseguiram dados sobre o autor.

59. D’Ávila (1900: 9). As citações seguintes deste parágrafo estão nas p. 10 e 11.

60. D’Ávila (1900: 179). A citação anterior é da p. 111, e as posteriores, das p. 180, 250 e 268.

61. João de Barros nasceu na Figueira da Foz em 1881. Formado em direito em Coimbra, dedicou-se no entanto à educação, como professor, diretor do Ensino Secundário e secretário do Ministério da Instrução; em 1925, ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros. Autor de vastíssima obra, que inclui poesia, ficção em prosa, adaptações de outros textos e ensaios, a maioria sobre educação, foi um entusiasta da aproximação luso-brasileira e escreveu sobre o assunto várias obras, as quais agrupou sob o título de “Campanha Luso-Brasileira”. Esteve três vezes no Brasil. Seu *Caramuru – Aventuras prodigiosas...* é antecedido por um “Prefácio” do autor e concluído com um “Epílogo” e uma “Vida do autor de Caramuru”.

62. Barros (1935: 15). A citação seguinte está nas p. 9-10, e o “Epílogo” referido, nas p. 157 e 158.

63. Canto I.1 in Durão (1845) e Barros (1935: 13).

64. “Sem que se possa nem deva comparar-se aos *Lusíadas* ou à *Odisséia*”, *Caramuru* é “celebrado no rol dos Grandes Livros da Humanidade” afirma Barros (1935: 9 e 10). Na biografia de Durão, apresentada ao final do volume,

Barros transcreve opiniões elogiosas de críticos literários sobre o poema.

65. As citações estão em Barros (1935: 10-11). Interessante é Barros afirmar, entre as qualidades do *Caramuru*, que aí estão presentes “os três elementos étnicos formadores” da população brasileira. O único negro que aparece no poema é Henrique Dias, herói brasileiro da guerra contra os holandeses.

66. Barros (1935: 157-158).

67. As exceções são as narrativas de Gabriel Soares de Souza e de Varnhagen, que não incorporam elementos literários em seus enredos. Ambas, entretanto, tomaram emprestado do ficcional outros recursos; sobre Varnhagen, a esse respeito, cf. nota 55.

68. Cf. Barros (1935: 10); D’Ávila (1900: 10); e Barros (1935: 11).

69. Embora existam definições mais sofisticadas, esta, de autoria de Ricahrd Slotkin, é clara e atende a nossos objetivos. Cf. Slotkin (1973: 5). Sobre teorias do século XX acerca dos mitos,

cf., entre outros: Day (1984); Dundes (1984); Hill (1988); Strensky (1987).

70. Sobre mitos, cf., entre muitos outros, estes textos, que guardam diferentes perspectivas teróricas entre si: Barthes (1957); Detienne (1986); Eliade (1981); Levi-Strauss (1978); Samuel e Thompson ed. (1990).

71. De acordo com Jung, os arquétipos fazem parte do inconsciente coletivo. Cf. Jung (1984). Para uma reinterpretação da teoria junguiana, sustentando que os arquétipos são socialmente construídos, cf., entre outros, Trevi (1987).

72. Para diferentes perspectivas teóricas a respeito do significado das metáforas e suas relações com a memória e a história, cf.: Barthes, ed. (1987); Brooke-Rose, ed. (1991); White (1985); Ricoeur (1994); Riedel, ed. (1988); Sahlins (1981); Veyne (1992).

73. Dubois (1991: 34 e 36), tradução nossa. A respeito do mesmo tema, cf. também Eliade (1981: 178 e segs.).

## Referências bibliográficas

ABBEVILLE, Claude d’. 1614. *Histoire de la mission des pères capucins en L’Isle de Maragnan et terres circonvoisines*. Paris, Imprimerie de François Huby.

ÁVILA, Arthur Lobo D’. 1900. *Os Caramurus – Romance histórico da descoberta e independência do Brasil*. Lisboa, João Romano Torres.

BARROS, João de. 1935. *O Caramuru – Aventuras prodigiosas de um português colonizador do Brasil – Adaptação em prosa do poema épico de Frei José de*

*Santa Rita Durão*. Lisboa, Livraria Sá da Costa.

BARTHES, Roland. 1957. *Mythologies*. Paris, Seuil.

——— (ed.). 1987. *O rumor da língua*. Lisboa, Edições 70.

BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org.). 1987. *A memória da nação*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

BROOKE-ROSE, Christine (ed.). 1991. *Stories, theories and things*. Cambridge, Cambridge University Press.

- CABEZA DE VACA, Alvaro Nuñez. 1987. *Naufrágios e comentários*. Porto Alegre, L&PM.
- CÂNDIDO, Antônio. 1981. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- CARNEIRO, Edson. 1955. *Pesquisa de folclore*. Rio de Janeiro, Comissão Nacional do Folclore.
- CIDADE, Hernani. 1957. *Santa Rita Durão: Caramuru, poema épico do descobrimento da Bahia*. Rio, Agir.
- COUTINHO, Afrânio. 1968. *A literatura no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Sul-Americana.
- COUTO, Jorge. 1995. *A construção do Brasil*. Lisboa, Edições Cosmos.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. 1998. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, Editora da UnB.
- DAY, Martin. 1984. *The many meanings of myth*. Lanham, University Press of America.
- DENIS, Ferdinand. 1837. *Brésil*. Paris, Firmin Didot Frères.
- DETIENNE, Marcel. 1986. *The creation of mythology*. Chicago, The University of Chicago Press.
- DUBOIS, Claude-Gilbert. 1991. "Mythologies des origines et identité nationale", in BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org.). *A memória da nação*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- DUNDES, Alan. 1984. *Sacred narrative: reading in the theory of myth*. Berkeley, University of Carolina Press.
- DURÃO, Frei José de Santa Rita. 1845 [1ª ed. 1781]. *Caramuru – Poema épico do descobrimento da Bahia*. Rio de Janeiro, B. L. Garnier.
- ELIADE, Mircea. 1981. *Mito e realidade*. São Paulo, Perspectiva.
- FREYRE, Francisco de Britto. 1675. *Nova Lusitânia – História da guerra brasileira*. Lisboa, Oficina de Joam Galram.
- HILL, Jonhatan. 1988. *Rethinking history and myth*. Urbana, University of Illinois Press.
- JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. 1761. *Orbe serafico novo brasilico, descoberto, estabelecido e cultivado a influxos da nova luz de Itália, estrela brilhante de Espanha, luzido sol de Pádua, astro maior do céu de Francisco, o Thaumaturgo português Sto. Antonio, a quem vai consagrado, como teatro glorioso e parte primeira da crhonica dos frades menores da mais estreita e regular observancia da província do Brasil*. Lisboa, Oficina de Antonio Vicente da Silva.
- JUNG, Carl. 1984. *Oeuvres complètes*. Paris, PUF.
- KERMODE, Frank. 1983. *El sentido de un final – Estudios sobre la teoría de la ficción*. Barcelona, Gedisa.
- LEITE, Serafim. 1955. *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega*. Coimbra, Universidade de Coimbra.
- . 1965. *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Junta de Investigações de Ultramar.
- LERY, Jean de. 1960. *Viagem à terra do Brasil*. 3ª ed. São Paulo, Martins.
- LEVI-STRAUSS, Claude. 1978. *Myth and meaning*. Toronto, University of Toronto Press.
- MARQUES, João Martins da Silva. 1988. *Descobrimientos portugueses – Documentos para a sua história*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MARTINS, Wilson. 1977. *História da inteligência brasileira*. São Paulo, Cultirx.
- MATOS, Gregório de. 1969. *Obras completas de Gregório de Matos*. Salvador, Janaína.

- MONGLAVE, Eugene Garay de. 1829. *Caramuú ou La découverte de Bahia, roman-poème brésilien*. Paris, Eugène Rendnel. 3 vol.
- NASH, Roderick. 1967. *Wilderness and the American mind*. Yale University Press.
- O'GORMAN, Edmundo. 1992. *A invenção da América*. São Paulo, Unesp.
- PIERSON, Donald. 1958. *Cruz das Almas*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- PITTA, Sebastião da Rocha. 1880 [1ª ed. 1730]. *História da América Portuguesa desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento até o de mil e setecentos e vinte e quatro*. 2ª ed. Lisboa, Francisco Arthur da Silva.
- RICOEUR, Paul. 1994. *Tempo e narrativa*. Campinas, Papirus.
- RIEDEL, Dirce Cortes (ed.). 1988. *Narrativa – ficção e história*. Rio de Janeiro, Imago.
- ROMERO, Sílvio e RIBEIRO, João. 1906. *Compêndio de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- SAHLINS, Marshall. 1981. *Historical metaphors and mythical realities*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- SALVADOR, Frei Vicente do. 1889. "História do Brasil – 1500-1627", in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 13. Rio de Janeiro.
- SAMUEL, Raphael e THOMPSON, Paul (ed.). 1990. *The myths we live by*. Londres/Nova York, Routledge.
- SLOTKIN, Richard. 1973. *Regeneration through violence: the mythology of the American frontier*. Wesleyan University Press.
- \_\_\_\_\_. 1985. *The fatal environment: the myth of the frontier in the age of industrialization*.
- SOUTHEY, Roberto. 1981. *História do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp.
- SOUSA, Avanete Pereira. 1995. *Salvador, capital da Colônia*. São Paulo, Atual.
- SOUZA, Gabriel Soares de. 1989. *Notícia do Brasil – Descrição verdadeira da costa daquele Estado que pertence à Coroa do Reino de Portugal, sítio da Baía de Todos-os-Santos*. Lisboa, Publicações Alpha.
- STADEN, Hans. 1974. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp.
- STRENSKY, Ivan. 1987. *Four theories of myth in twentieth-century history*. Iowa, University of Iowa Press.
- TODOROV, Tzvetan. 1983. *A conquista da América – a questão do outro*. São Paulo, Martins Fontes.
- TREVI, Mario. 1987. *Per un junghismo critico*. Milão, Bompiani.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. 1848. "O Caramuru perante a História", in *Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 10, 2º trimestre, p. 129-152.
- VASCONCELLOS, Simão de. 1865 [1ª ed. 1663] *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos n'esta parte do Novo Mundo. Em que se trata da entrada da Companhia de Jesu nas Partes do Brasil, dos fundamentos que n'ellas lançaram e continuaram seus religiosos, e algumas notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas daquele Estado*. Lisboa, A. J. Fernandes Lopes.
- VEYNE, Paul. 1992. *Como se escreve a história*. 2ª ed. Brasília, UnB.
- VIANNA, Hélio. 1974. *História do Brasil*. 14ª ed. São Paulo, Melhoramentos.
- WHITE, Hayden. 1985. *Meta-história*. São Paulo, Unesp.
- (Recebido para publicação em junho de 1998)